

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

**LARYSSA NOVATO DA SILVA**

O SILÊNCIO DO DISCURSO SOBRE A QUESTÃO DA BIBLIOTECA PRISIONAL NAS  
ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA DO RIO DE JANEIRO: UNIRIO, UFF E UFRJ

Rio de Janeiro

2021

LARYSSA NOVATO DA SILVA

**O SILÊNCIO DO DISCURSO SOBRE A QUESTÃO DA BIBLIOTECA PRISIONAL  
NAS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA DO RIO DE JANEIRO: UNIRIO, UFF E  
UFRJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Orientador: Prof. Dr. Robson Santos Costa

Rio de Janeiro

2021

Ficha catalográfica

S586 Silva, Laryssa Novato da.

O silêncio do discurso sobre a questão da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro: UNIRIO, UFF e UFRJ. / Laryssa Novato da Silva. – Rio de Janeiro, 2021.

xx f./p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Robson Santos Costa.

1. Biblioteca prisional. 2. Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro. 3. Discurso. 4. Memória. 5. Silêncio I. Costa, Robson Santos. II. Título.

**LARYSSA NOVATO DA SILVA**

**O SILÊNCIO DO DISCURSO SOBRE A QUESTÃO DA BIBLIOTECA PRISIONAL NAS  
ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA DO RIO DE JANEIRO: UNIRIO, UFF E UFRJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2021.

---

Prof. Dr. Robson Santos Costa  
Orientador

---

Prof. Dr. Antônio José Barbosa de Oliveira  
Membro interno

---

Bibliotecária Catia Rejane Lindemann  
Membro externo

Aos meus irmãos Lu e Richard, pois sempre foi por vocês. Dedico também a todos que em algum momento já se sentiram silenciados ou tiveram a liberdade e/ou os direitos negados.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a mim por sempre tentar, mesmo em meio as dores e na maior parte explorando um caminho desafiador e solitário. Por não desistir, apesar das inúmeras dificuldades que a vida impôs desde cedo. Por acreditar, mesmo ouvindo e vivenciando o contrário. Por aproveitar a graduação além da sala de aula e utilizar as oportunidades que a UFRJ e a Biblioteconomia me trouxeram e ainda trarão. À Deus e a todas as forças que ainda não compreendo, mas sei que sempre estiveram comigo e sem essa influência eu não chegaria até aqui.

Ao meu avô, José Novato (*in memoriam*), por ter me ensinado a sonhar e olhar além, fundamental para que eu enxergasse o mundo como o vejo hoje. Sei que ainda sonhamos juntos. À minha mãe por sempre se orgulhar de mim e me amar como sou. Por mesmo com poucos recursos ter me criado e agora criar os meus irmãos para a vida. À minha querida avó pelo amor incondicional e por sempre estar comigo, mesmo de longe. Por todo o suporte desde antes de eu nascer, pelas conversas, amizade e por se orgulhar de quem sou. Agradeço também a minha tia Maria que me ensinou a bondade. Pelos diálogos e acolhimento durante a infância e adolescência, por me mostrar nossa ancestralidade, por ser um suporte para os que precisam e por me inspirar a descobrir e cumprir o meu papel no mundo.

À todas as professoras e professores que realizam trabalhos incríveis, transformando e salvando vidas através da educação e dos livros, muitas vezes com poucos recursos e baixa remuneração. Sem vocês seria impossível chegar até aqui. Em especial ao meu orientador, Robson Santos Costa que acreditou em mim e no trabalho desde a primeira vez que conversamos sobre e nem eu acreditava ainda. Sem a sua ajuda eu não teria conseguido. Agradeço a disponibilidade, paciência, orientações, conversas e, principalmente, pelo incentivo. Desejo um dia poder contribuir o apoio. Aos pré-vestibulares sociais e comunitários que estimulam o acesso à graduação daqueles que não possuem tantas oportunidades, sendo imprescindíveis para que eu chegasse à UFRJ. Aos bibliotecários e bibliotecárias que fazem jus ao papel social da profissão e as bibliotecas prisionais, públicas, comunitárias, escolares, universitárias e todas aquelas que garantem o acesso informacional gratuito aos que necessitam. Também agradeço aos profissionais e voluntários que dedicam seus tempos e prestam serviços às populações mais vulneráveis e esquecidas pelo poder público e pela sociedade. Todos vocês mudam vidas!

A permanência na UFRJ não foi nada fácil e sem amigos se tornaria impossível. Desta forma, não posso deixar de agradecer àqueles que foram primordiais em suas contribuições

para minha formação e, conseqüentemente, produção deste trabalho. Aos integrantes do Big Biblio Bonde que dividiram suas vidas comigo na maior parte de nossos dias durante esses que deveriam ser quatro anos, mas que devido à pandemia e alguns contratemplos de vida se transformaram em cinco. Rimos, choramos, brigamos, festejamos, nos indignamos, mas também crescemos, nos afastamos, nos reaproximamos e resistimos juntos. Obrigada por tudo!

Em especial ao Marcus Guimarães (Vini), a primeira pessoa da turma que conheci e que me encantou instantaneamente. Agradeço todo o suporte desde o início, os conselhos, a troca mútua, o ombro amigo e a liberdade em nossa amizade. Ao Wesley Cosme pelo suporte tecnológico, conversas, sinceridade e por me inspirar a viver. À Yasmym Moraes, por me ajudar a evoluir como pessoa e por todo o apoio fundamental para que eu não desistisse. Por se fazer presente desde o primeiro dia de aula, não só na faculdade, mas, principalmente, fora dela. Por permanecer, mesmo em meio ao caos. Ao Yuri Lopes, por ser quem é e me ajudar a ser quem sou. Pelo auxílio nos trabalhos, nos surtos, nas festas, nos choros, nas piadas e nas conquistas. Agradeço o carinho, a parceria e por não ter desistido também.

Aos meus amigos de vida, Igor Vidoretti por tudo que passamos juntos. Hilton Azevedo (Hiltinho de dormir) pela amizade e afeto precioso, Matheus Pedro por permanecer e tornar as coisas mais leves nos últimos meses e Pamela Souza pelas trocas, amizade e apoio desde o colégio.

“Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes. É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir.” (EMICIDA, 2019).



## RESUMO

O presente estudo objetivou investigar se há um silêncio do discurso sobre a questão da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro, partindo da percepção de uma possível omissão deste assunto. Apresenta como se deu o surgimento das universidades e a criação das três Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro, abordando também a questão da biblioteca prisional no âmbito brasileiro. Exibe a relação existente entre discurso, memória e silêncio, com base teórica nos três sistemas de exclusão fundamentados pela “Ordem do discurso” de Michel Foucault, relacionando com conceitos abordados por outros autores. Possui caráter exploratório e utiliza abordagem qualitativa. Para tal, se pretendeu compreender, através da coleta de dados feita por entrevistas com seis docentes, qual é o olhar dessas escolas sobre a questão da biblioteca prisional. Concluiu que alguns discursos estão sendo veiculados, mas que ainda não são suficientes para romper com o silêncio sobre essa temática nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Biblioteca prisional. Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro. Discurso. Memória. Silêncio

## **ABSTRACT**

This study aimed to investigate whether there is a silence in the discourse on the issue of the prison library in the Schools of Library Science in Rio de Janeiro, based on the perception of a possible omission on this subject. It presents the emergence of universities and the creation of the three Schools of Library Science in Rio de Janeiro, also addressing the issue of the prison library at the Brazilian level. It displays the relationship between discourse, memory, and silence, based on the theoretical basis of the three exclusion systems based on Michel Foucault's "The Order of Discourse", relating to concepts addressed by other authors. It has an exploratory character and uses a qualitative approach. To this end, it was intended to understand, through data collection made through interviews with six teachers, what is the view of these schools on the issue of the prison library. He concluded that some speeches are being broadcast, but that they are still not enough to break the silence on this theme in the Schools of Library Science in Rio de Janeiro.

**Keywords:** Prison Library. Schools of Library Science in Rio de Janeiro. Discourse. Memory. Silence.

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	10
1.1	Problema	12
1.2	Objetivos	12
1.3	Justificativa	12
<b>2</b>	<b>O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES</b>	15
<b>3</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA BIBLIOTECONOMIA NO RIO DE JANEIRO</b>	19
3.1	Breve histórico do Curso de Biblioteconomia da UNIRIO	20
3.2	Breve histórico do Curso de Biblioteconomia da UFF	23
3.3	Breve histórico do Curso de Biblioteconomia da UFRJ	25
<b>4</b>	<b>BIBLIOTECAS PRISIONAIS</b>	27
<b>5</b>	<b>DISCURSO, MEMÓRIA E SILÊNCIO</b>	30
<b>6</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	36
6.1	Campo da pesquisa	36
6.2	Técnicas de coleta e análise de dados	37
6.3	População/Amostra	37
<b>7</b>	<b>INVESTIGANDO DISCURSOS</b>	38
<b>8</b>	<b>CONSTRUINDO SILÊNCIOS E SENTIDOS</b>	41
8.1	Os sujeitos	41
8.2	Os discursos	44
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	61
	<b>REFERÊNCIAS</b>	63
	<b>ANEXO A – ROTEIRO ENTREVISTA</b>	68

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente a Biblioteconomia é vista como uma área capaz de facilitar o acesso à informação e auxiliar no crescimento do conhecimento. Russo (2010), explica que houve uma mudança no cenário da área que permitiu esse novo pensamento, pois antes o foco principal era que biblioteca servisse como um “depósito de livros”, onde se tinha uma ideia de que quanto maior fosse o acervo, mais valor ela possuiria.

Partindo deste pensamento de que a Biblioteconomia é uma área que atua para facilitar o acesso informacional, se tem também a ideia de que o bibliotecário deve atuar com foco no seu usuário, entendendo suas demandas e o local onde ele está inserido, de forma que a biblioteca ou qualquer outra unidade de informação possa suprir, efetivamente, as demandas impostas pela comunidade a qual ela atende.

Para tal, se buscou compreender quais seriam esses tipos de bibliotecas e unidades de informação das quais os cursos de Biblioteconomia expõem aos seus graduandos como possíveis áreas de atuação. A partir disso, se pensou na biblioteca prisional como um possível campo, porém notou-se que talvez existam poucos discursos dessa temática nas escolas de Biblioteconomia, sobretudo no âmbito do Rio de Janeiro, o que determinou a escolha desta temática para o presente estudo.

Com isto, esta pesquisa se propôs a investigar se ocorre um silêncio do discurso referente à questão da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro, pois se entendeu que talvez houvesse uma falta de discursos na área que representassem esta temática, o que poderia implicar diretamente na formação dos bibliotecários oriundos das escolas cariocas e contribuindo para a existência de poucos relatos sobre este campo de atuação, especialmente neste estado. Sobre a relação entre Biblioteconomia e a formação do bibliotecário, Lindemann (2016, p. 41) afirma que:

[...] a Biblioteconomia é em verdade o bibliotecário, acompanhando-o onde quer que ele esteja, não dependendo da técnica para existir, mas do usuário, agregando informação e conhecimento em comunidades, sendo fator ativo nas discussões sociais. Exemplo disso são as bibliotecas prisionais, espaços em que por experiência própria eu posso lhes dizer que a técnica precisa ser totalmente readaptada e quase sempre reinventada.

Deste modo, se entende a importância de diálogos sobre a biblioteca prisional nos cursos que formam bibliotecários, a fim de auxiliá-los a atuar neste tipo de biblioteca. A bibliotecária também expõe sobre a importância de se entender as regras existentes na biblioteca prisional, especificamente no cárcere, e relaciona com as diferenças entre as regras

de Ranganathan, consideradas fundamentais na área da Biblioteconomia. Lindemann (2016, p. 41) relata:

A biblioteca enquanto espaço destinado às obras e a leitura, deve seguir a técnica da biblioteconomia e colocar em prática tudo que nos foi e é ensinado em sala de aula, porém a biblioteca enquanto ferramenta social destinada ao apenado, não tem como seguir sozinha sem estar respaldada pelo respeito às regras do cárcere e principalmente respeito à cultura do preso.

Neste contexto, a pesquisa pretendeu verificar qual a visão das Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro em relação à abordagem da biblioteca prisional, se há uma representação de discursos sobre a temática e quais são eles. Utilizou-se das reflexões do filósofo Michel Foucault como base teórica para fundamentar o que seria o discurso, ao mesmo tempo em que tentou dialogar com a questão da memória e silêncio, pois se acredita que esses campos se atravessam e percorrem os sujeitos.

Buscou-se contextualizar a biblioteca prisional no Brasil, suas dificuldades, o local como um campo de trabalho para o bibliotecário e o que a prisão representa socialmente, sobretudo os indivíduos em privação de liberdade, vistos como o público alvo dessas bibliotecas. Também expõe sobre o surgimento das três universidades que compõem este estudo e a criação da Biblioteca Nacional no estado do Rio de Janeiro, o que está diretamente ligado ao surgimento da primeira Escola de Biblioteconomia no estado.

A pesquisa possui justificativa pessoal da autora, a qual após identificar que talvez não haja a existência de discursos sobre a temática em questão, no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi em busca de diálogos em outras instituições que pudessem auxiliá-la a desenvolver este estudo, o que acabou gerando um desejo de também abordar a questão do discurso, memória e silêncio, a fim de se obter um entendimento das questões que permeiam os cursos de Biblioteconomia do Rio de Janeiro.

Os dados serão coletados a partir de entrevistas e se tentará identificar questões que indiquem a existência ou não de discursos sobre a biblioteca prisional, a fim de entender as questões que permeiam o discurso, silêncio e memória, abordados mais abaixo. Também será abordado o conceito de surgimento das universidades, a fim de dialogar com o que Foucault e outros autores dizem sobre discurso no âmbito institucional, além de compreender o local ao qual essas escolas pertencem.

## 1.1 Problema

Há um “silêncio” do discurso sobre a questão da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro?

## 1.2 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é investigar se há um “silêncio” do discurso sobre a questão da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos tratarão de:

- a) compreender qual o olhar das Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro sobre a questão da biblioteca prisional;
- b) identificar a existência de disciplinas e/ou discursos que abordem a temática da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro.

## 1.3 Justificativa

A presente pesquisa surge a partir de uma inquietação que atravessa a autora desde a sua iniciação na universidade, pois desde os primeiros contatos com o curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com a instituição como um todo, observou-se um possível silêncio sobre a questão da biblioteca prisional, uma vez que há uma percepção de que parece haver poucos discursos sobre a temática nesta e em outras Escolas de Biblioteconomia. Se acredita que, no âmbito da área, é importante que se discuta tal temática, sendo fundamental que a formação dos graduandos contemple a biblioteca prisional, a fim de despertar novos debates para essa questão, uma vez que:

Talvez falte ao bibliotecário brasileiro a consciência de que a biblioteca pode atuar como instrumento de mudança social, não tendo que, necessariamente, fixar-se a um papel de disseminadora de informações socialmente aprovadas [...] (VERGUEIRO, 1988, p. 208).

Conforme o que foi apresentado acima, ainda se nota uma possível omissão sobre o tema e se faz indispensável que exista uma maior visibilidade e representatividade de

discussões por parte dos profissionais bibliotecários, do mesmo modo, um maior número de profissionais capacitados e atuantes na temática prisional. Conforme disse Lindemann (2017, p. 124): “Trata-se de uma biblioteca especial em que não basta querer trabalhar nela, é preciso acima de tudo estar preparado para tal [...]”. Sendo fundamental que os cursos de Biblioteconomia atuem efetivamente fornecendo uma formação aos graduandos que contemple - disciplinas, projetos, suportes e/ou discussões em geral – no campo da biblioteca prisional, a fim de que seus concluintes possam obter uma formação mais ampla, tornando-os capacitados para que possam atuar como agentes sociais em espaços como as prisões. Para tal, Muniz (2014, p. 33), afirma que:

As perspectivas das universidades brasileiras de formar profissionais na área de biblioteconomia para atuarem em bibliotecas de presídios são praticamente nulas. Temos universidades como a UFF, UFRJ e UNIRIO, Universidades Federais que oferecem o curso de graduação na área no Rio de Janeiro, que não formam para atuação em presídios, porque na realidade as bibliotecas prisionais não passam de meros projetos, que ainda não estão em funcionamento.

Como já mencionado, além de haver uma percepção enquanto graduanda, de uma insuficiência de discursos que abordem a temática da biblioteca prisional no âmbito da Biblioteconomia, também existe uma compreensão de que a profissão do bibliotecário não é somente tecnicista, mas igualmente social. Desta forma, a autora buscou em sua trajetória na graduação por discursos que abordassem um caráter mais humanístico da área. Participou do Projeto de Extensão Educação, Aprendizagem e Diversidade no espaço Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (CAPSI CARIM), que tem em vista:

[...] que os alunos do CBG possam ter uma compreensão maior da dimensão dos problemas sociais contemporâneos, decorrentes do uso de drogas e transtornos mentais e permitirá que exerçam seu aprendizado de maneira cooperativa e interacionista, com responsabilidade, comprometimento e generosidade social, conceito discutido por pesquisadores como Zimmel, Moscovici, entre outros. (BARBOSA, 2018).

Este projeto teve um papel fundamental para despertar um maior interesse pela escolha da temática abordada nesta pesquisa, pois apesar de não retratar o cárcere em si, permitiu, a partir da participação no mesmo, um contato único com crianças e jovens com transtorno de espectro autista – que por muitas vezes são esquecidos e excluídos pela sociedade, tendo os seus discursos silenciados - e um jovem em situação de rua, onde houve um despertar maior para este tema e se pode perceber a importância do papel social da Biblioteconomia e da atuação do bibliotecário nestes espaços.

A partir disso, iniciou-se uma busca por outros discursos dentro do próprio curso que pudessem auxiliar num maior entendimento sobre a biblioteca prisional, entretanto, o pouco que se obteve se deu através de colegas e profissionais de áreas afins e/ou outras instituições. Deste modo, reforçando o desejo por representatividade e visibilidade de discursos que rompam o silêncio encontrado na instituição.

Com isto, a autora conheceu o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação nas Prisões (GEPEP), vinculado a Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), através do qual participou do III Curso de Extensão Educação em Espaços de Privação de liberdade: interseções de gênero, raça e desigualdades socioeducacionais, cujo o objetivo é:

[...] dar visibilidade à discussão sobre educação em espaços de privação, promovendo trocas de conhecimentos e experiências que agreguem diferentes sujeitos, professores/as e demais profissionais que atuam no sistema de privação de liberdade, estudantes de graduação e pós-graduação, internos e egressos do sistema prisional, pesquisadores sobre educação nas prisões e outras temáticas ligadas aos espaços de privação e restrição de liberdade. (ALMEIDA, 2018)

Este curso se tornou de grande contribuição para o desenvolvimento deste estudo. Possibilitando um contato maior com pessoas atuantes em diferentes sistemas de privação e restrição de liberdade, egressos e internos. Além de proporcionar uma troca de conhecimentos, desconstruções e vivências que, infelizmente, não foi possível obter no curso de Biblioteconomia da UFRJ.

A partir do que foi exposto acima, é possível entender a importância desta pesquisa no que se refere às Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro e da área como um todo. Do mesmo modo que contribui para a sociedade através da abordagem do bibliotecário como um agente social atuante em locais com privações e/ou restrições de liberdade, mais especificamente as bibliotecas prisionais. Tal como, colabora gerando discussões que também podem auxiliar as pessoas em situação de cárcere, pois são elas o público alvo dessas bibliotecas.



## 2 O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES

Para Oliveira (2007) o conceito de universidade teve origem na era medieval e pode ser analisada através de dois aspectos: o primeiro é referente a sua origem como um local que constrói e preserva saberes, já o segundo, é pelo sentido de que ela é uma instituição cuja memória necessita ser preservada. Como este estudo se propõe a investigar discursos existentes em locais pertencentes a universidades, mesmo que sejam proferidos por docentes, há o entendimento de que estes estão vinculados às instituições, para tal se faz necessário contextualizar como surgiram as universidades:

Assim, um estudo sobre as universidades constitui uma forma de consolidarmos nossa identidade e, também, um caminho para entendermos a construção do conhecimento, das ciências humanas e naturais. Enfim, permite-nos entender o nosso próprio sentido de ser pessoa intelectual. (OLIVEIRA, 2007, p. 116)

Já para Silva (2006, p. 195) a universidade está ligada a ideia de avanço imposta pelas elites e deve ser vista como: “[...] um resultado histórico do progresso, algo naturalmente dado e obrigatoriamente aceito.” Para o autor, antes de qualquer estudo científico se deve entender o contexto do surgimento da universidade na Idade Média, em um período marcado pelo poder exercido pela Igreja Católica perante a sociedade para que assim, os questionamentos sejam realizados. Conforme explica:

[...] se não colocamos a própria universidade em questão, que sentido teria colocar em questão qualquer outra coisa a partir da universidade, isto é, a partir de uma certa inserção histórica e cultural que se expressa numa determinada maneira de investigar, de criticar, de conhecer e mesmo de propor condutas? Se aceitarmos o nosso próprio status quo como irrevogável e inevitável, se é apenas a partir disso que nos é dado experimentar que devemos compreender todas as possibilidades de experiência, que legitimidade teríamos para questionar qualquer estado de coisas, sob qualquer aspecto? Afinal, todos concordamos (ainda que para alguns isso seja mera retórica) que a busca do saber é movida por uma inquietação intrínseca ao próprio movimento do conhecer. (SILVA, 2016, p. 197)

Segundo Simões (2013), o surgimento das universidades tem origem na Universidade de Bolonha, na Itália do século XI, a partir do ensino de Direito, em uma sociedade que já estava familiarizada com a ideia de cultura. Já em relação ao surgimento do que seria a segunda universidade, não há um consenso nas pesquisas, havendo questionamentos sobre a origem da universidade de Oxford e a universidade de Paris, conforme dito por Simões (2013, p. 137):

Para alguns historiadores, a universidade de Oxford (1096) teve seu início no final do século XI, sendo a segunda universidade a ser criada, enquanto que, para outros, ela viria após a universidade de Paris, que surgiu no início do século seguinte.

O que se sabe é que a partir do surgimento da Universidade de Paris houve a difusão da criação de novas universidades, sobretudo nos anos que se seguiram, entre os séculos XII e XV. Simões (2013) também ressalta que nessa época o pensamento cristão medieval predominava, fazendo com que a Igreja fosse considerada a protetora do homem, o qual era visto como um ser divino que necessitava da proteção dela. Já em relação aos padrões seguidos pelas universidades, Simões (2013, p. 138) afirma que:

No tocante à parte pedagógica, duas formas básicas de ensino eram adotadas: a *lectio* (a leitura) e a *quaestio* (o questionamento). Algumas universidades não possuíam prédios próprios e as aulas eram ministradas em salas das Abadias, nas casas dos professores e, até, nas ruas. O período escolar era de um ano civil, iniciando-se em 14 de setembro. Não havia férias, porém existiam 79 dias sem aulas, considerados dias festivos.

Ainda sobre o surgimento da primeira universidade do mundo, Barreto e Filgueiras (2007) chamam a atenção para a Biblioteca e o Museu de Alexandria como sendo um conjunto institucional da antiguidade que mais se assemelha ao conceito de universidade, pois já naquela época estes dois locais representavam centros de pesquisa e ensino, através do trabalho que era realizado ali por cientistas renomados.

Com relação as universidades no Brasil, Barreto e Filgueiras (2007) falam que a nomenclatura “universidade” sucedeu no século XX para nomear conjuntos de escolas superiores, entretanto, isto é originário de um processo de ensino superior que já existia nos séculos anteriores, pois o Brasil já possuía antigas escolas sobre temas variados, escolas profissionais e academias militares, abrigando também instituições importantes que continham ensino científico e tecnicista desde a época do Brasil colônia.

Oliveira e Orrico (2009) acreditam na importância de se entender as funções que foram dadas as universidades brasileiras por meio das ferramentas presentes nos processos de criação e consolidação das mesmas, visto que desta forma se pode estabelecer como se deu sua trajetória histórica. Diferente de Barreto e Filgueiras (2007), os autores não atribuem a época do Brasil colonial à existência universitária, mas reconhecem a presença de escolas nesse período. Com relação a isso, explicam que:

A criação de universidades é uma ocorrência tardia na história do Brasil. Durante todo o período colonial, Portugal proibia a existência de instituições de ensino superior em suas possessões coloniais, salvo algumas escolas dirigidas principalmente pelos jesuítas, de caráter propedêutico às universidades portuguesas,

sobretudo a de Coimbra, que recebia boa parte dos filhos dos “homens bons”, nossa elite colonial. (OLIVEIRA; ORRICO, 2009, p. 110)

Segundo Oliveira e Orrico (2009), desde o século XIX se tentou a criação de universidades no país, porém não houve êxito e vários motivos foram atribuídos a este insucesso, sobre tal “Alguns estudiosos atribuem o fato ao atraso de nossas elites, tanto imperial quanto republicana; outros sinalizam para o atraso da própria instituição universitária durante os séculos XVIII e XIX [...]” (OLIVEIRA; ORRICO, 2009, p. 112).

Sobre o surgimento da primeira universidade do Brasil, há discordâncias quanto a protagonista, pois alguns autores como Souza (2012) mencionam a Universidade de Manaus em 1909, outros mencionam a criação da Universidade de São Paulo em 1911 e a Universidade do Paraná que surgiu em 1912, como é o caso de Favero (2006) que também atribui essa ordem para o surgimento das universidades no país, porém essas universidades não eram reconhecidas oficialmente por não pertencerem ao governo, sendo somente oficializada em 1920, oriunda de um decreto de 1915, a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) que seria considerada a primeira universidade do Brasil, segundo é dito por Favero (2006, p. 22):

Em decorrência, a 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características.

Posto isso, se percebe que o nascimento das universidades está intrinsecamente atrelado a relações de poder, desde o seu surgimento na Idade Média até a sua turbulenta implantação no Brasil. Sobre isto, Peixoto (1997, p. 195) afirma que: “A história da estrutura organizacional da universidade brasileira é uma história de relações de poder, de relações de forças, que se operacionalizam tanto interna quanto externamente à universidade.” Já Oliveira e Orrico (2009, p. 123) explicam que:

Desta forma, as lembranças e os esquecimentos que constroem nossas instituições (e que são igualmente construídos por elas), são constantemente permeados por relações de poderes que se estabelecem entre os seus diversos grupos. Se considerarmos que o poder é também produtor de individualidades, que ele está ligado aos que detêm o saber. Os indivíduos e as instituições são produções de constantes interações entre poderes e saberes e todo conhecimento só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber. Não há saber neutro, já que todo saber é político.

A partir de um entendimento de que as universidades são lugares de poder e que a memória institucional delas não está isenta dessas relações, as próximas páginas serão dedicadas a contextualizar as três universidades cariocas que norteiam este trabalho, pois conforme Oliveira e Orrico (2009, p. 127): “[...]é imprescindível, nos estudos que envolvem os discursos institucionais, que percebamos quem são os sujeitos que enunciam, a que filiações ideológicas se alinham e o contexto no qual se inscrevem as formações discursivas.”

### **3 BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA BIBLIOTECONOMIA NO RIO DE JANEIRO**

A história do ensino de Biblioteconomia no estado do Rio de Janeiro se deu a partir do surgimento da Biblioteca Nacional Brasileira (BN), antiga Biblioteca Real, que veio para o Brasil através da mudança da Corte de Lisboa para o estado, ocorrida em 1807 quando houve uma invasão à Portugal por forças espanholas e francesas. Sobre a BN, é possível observá-la também, através do que define Castro (2000, p. 43), como sendo: “A biblioteca remanescente da Biblioteca Real da Ajuda, criada por D. João I, Rei de Portugal, depois do terremoto de 1 de novembro de 1755, que destruiu a antiga biblioteca real.”.

No entanto, apesar da vinda da Corte Portuguesa para o país em 1807, foi somente em 1810 que ocorreu a fundação oficial da biblioteca, sendo primeiramente, permitida a consulta a apenas alguns estudiosos e a sua abertura à população, de modo geral, se deu a partir de 1814. Já no âmbito do surgimento da Biblioteconomia no Brasil, Russo (2010) diz que se deu em conjunto com as implantações das primeiras bibliotecas no país, oriundas de ordens religiosas, mas atribui a criação da Biblioteca Nacional como sendo o marco deste campo do conhecimento no país. Desta forma, o estado do Rio de Janeiro também está atrelado ao marco inicial da área no Brasil.

A Biblioteca Nacional passou por diversas mudanças ao longo dos seus primeiros séculos e, sobre tal, Russo (2010, p. 59) destaca: “A criação de um regulamento, em 1879 e, ainda a realização de concursos públicos para preenchimento de cargos, principalmente de bibliotecários.” A autora também acrescenta que desde 1824 o termo bibliotecário já vinha sendo utilizado na BN. Deste modo, é possível ainda observar o que Castro (2000, p. 50), explica:

Cabe ressaltar que o termo bibliotecário passou a ser usado, na Biblioteca Nacional, a partir de 1824, quando da aprovação do segundo dispositivo legal – Artigos Regulamentares para o Regimento da Bibliotheca Imperial e Pública – elaborado pelo frei Antonio de Arróvida. Nesse documento, após a Independência do Brasil, troca-se a denominação Biblioteca Real por Biblioteca Imperial e o administrador geral, até então chamado Prefeito ou Zelador, passou a chamar-se Bibliotecário.

Sobre a constituição da Biblioteconomia como área de atuação, Russo (2010) descreve que na época de sua implantação a preocupação de poder resolver problemas de pessoal não capacitado estava à frente da preocupação em formar pessoal que pudesse atuar em qualquer tipo de biblioteca. Deste modo, a autora relata que foi a partir de 1911 que a Biblioteconomia passou a ser considerada como área do conhecimento no Brasil, pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), mediante a oficialização da criação do primeiro Curso de

Biblioteconomia no país, sendo fundado por Manuel Cícero Peregrino da Silva. Sobre este marco, Russo (2010, p. 59) elucida que: “Esse curso começou a funcionar somente em 1915, na própria Biblioteca Nacional, onde continuou durante anos até se transformar, em 1979, no atual curso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).”.

O curso de Biblioteconomia da UNIRIO sofreu influência da escola francesa École de Chartres e mesmo tendo o seu início em 1915, foi interrompido entre 1922 devido a mudanças no regulamento do Museu Histórico Nacional e reaberto em 1931, com modificações em seu currículo. Entretanto, mesmo a área sendo reconhecida pelo CFB em consequência da oficialização do curso da UNIRIO, no Rio de Janeiro, só foi regulamentada como profissão em 1962, conforme expõe Nascimento e Martins (2007, p. 46):

Conquanto o curso ter surgido no Brasil em 1911, a profissão de Bibliotecário só foi reconhecida e regulamentada como profissão, no ano de 1962, ou seja, 51 anos após a implantação do primeiro curso de formação profissional. A profissão foi legalizada pela lei 4.084 de 30 de junho do ano [...], instituída pelo então presidente da república, João Goulart.

Diante do exposto neste capítulo sobre o surgimento da Biblioteconomia no estado do Rio de Janeiro, as próximas subseções tratarão de apresentar as três Escolas de Biblioteconomia presentes atualmente no estado, em ordem de implementação e conforme consta no próprio título deste trabalho, a fim de fundamentar a presente pesquisa, pois há o entendimento de que é importante, primeiramente, que se conheça estes cursos para que depois se fale sobre a biblioteca prisional, dado que este trabalho investiga a visão destas escolas sobre este tipo de biblioteca. Além disso, se pôde identificar que uma dessas escolas estudadas é marco inicial da área, não só no Rio de Janeiro, como também no Brasil, justificando esta ordem de pesquisa.

### **3.1 Breve histórico do Curso de Biblioteconomia da UNIRIO**

O surgimento do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), primeiro curso de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro e também do Brasil, é originário da Biblioteca Nacional, a qual é resultante do processo de invasão de Portugal ao Brasil e, por anos, sofreu influência direta da Corte de Lisboa, inclusive das pessoas que sabiam ler e de seus livros, já que no Brasil até 1821 a produção de livros era monopolizada, conforme Miranda *et al.* (2009, p. 10):

No Brasil, com a vinda da corte, o Brasil recebe a Biblioteca Real – aberta em 1814 – além de um número significativo de letrados, alguns que também traziam suas bibliotecas particulares. O acordo com Portugal, reconhecendo a independência do Brasil, previu a indenização por bens aqui deixados, incluindo-se a Biblioteca Real, que mais tarde passaria a chamar-se Biblioteca Nacional (BN). A Imprensa Régia seria monopolista da impressão no Brasil até 1821, quando D. Pedro regulamenta a liberdade de impressão, abrindo caminho ao aumento da produção de livros no Brasil.

Este primeiro curso de Biblioteconomia teve a sua estruturação entre os anos de 1910 e 1911, através de um decreto deste mesmo ano, conforme dito por Oliveira, Carvalho e Souza (2009, p. 13): “A criação do primeiro curso para o ensino da Biblioteconomia se deu na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, através do decreto 8.835 de 11 de julho de 1911”, porém, por desistência dos inscritos e por falta de novos inscritos nos anos que se seguiram, só passou a funcionar em 1915 com uma turma inicial de vinte e um alunos. Os candidatos ao curso deveriam passar por uma prova que comprovasse conhecimento amplo sobre alguns campos específicos da época.

Entre os anos de 1915 e 1931 o curso passou por diversos problemas para se consolidar como um curso que formasse bibliotecários no país, tais como falta de recursos, desistência e falta de inscritos, conflitos com as disciplinas, e até a sua extinção em 1922, tendo o retorno de suas atividades ocorrido somente em 1931 na Biblioteca Nacional e com duração prevista de dois anos, de acordo com o que diz Oliveira, Carvalho e Souza (2009, p. 16):

O restabelecimento do curso nas dependências da Biblioteca Nacional e agora com duração de dois anos se deu em 1931, através do decreto nº 20.673, de 17 de novembro. Pode-se perceber que poucas foram às alterações na formação profissional, pois as inclusões de novas disciplinas ainda refletem os aspectos humanísticos, tendo no primeiro ano: Bibliographia, Paleographia e Diplomática; e no segundo ano, História Literária, Iconographia e Cartographia. Neste ano foram inscritos 31 alunos, mas 21 alunos requereram os exames. De acordo com o decreto nº 22. 167, de 5 de Dezembro de 1932, foram todos aprovados, desses alunos sete eram funcionários da instituição.

Porém, as mudanças não cessaram em 1931, permanecendo em constante reforma até pelo menos 1962, quando o curso passou a contar com novas disciplinas e a ter duração de três anos. Também sobressaiu a influência europeia oriunda dos parâmetros de formação da École des Chartes, ao menos até 1944, quando a Biblioteconomia passou a se difundir no Brasil e outros estados passaram a seguir novas padrões, destacando-se a influência norte-americana:

Em São Paulo, principalmente, onde não havia uma biblioteca com o lastro da Biblioteca Nacional, os requisitos para se trabalhar em bibliotecas não se prendiam a disciplinas altamente especializadas como Paleografia e Diplomática e Iconografia e Cartografia. Eram bibliotecas sem fundo apreciável no que se refere à produção bibliográfica anterior ao século XIX. Eram tipos de bibliotecas que se ajustavam, com maior propriedade, ao novo sentido da formação técnica do bibliotecário moderno, amparada no exemplo norte-americano. (DIAS, 2015, p. 19)

Ainda passando por reformas, no ano de 1944, o curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, que até então formava bibliotecários para atuarem somente na BN, se dividiu em alguns cursos de formação básica e passou a possuir o objetivo de formar profissionais que pudessem atuar em diferentes tipos de bibliotecas. Segundo (DIAS, 2015, p. 22):

A primeira consequência benéfica da Reforma de 1944 foi a transformação do antigo Curso de Biblioteconomia, que, a rigor, se limitava a formar bibliotecários para a Biblioteca Nacional, com disciplinas essencialmente especializadas, em Cursos destinados a promover uma formação básica profissional, em princípio, útil a qualquer tipo de biblioteca.

Oliveira, Carvalho e Souza (2009, p. 16) também discorrem sobre modificação ocorrida em 1944, afirmando que após isto, o curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional passou a ser denominado de Cursos da Biblioteca Nacional (C.B.N), se dividindo em três novos cursos de diferentes níveis: “Curso fundamental de Biblioteconomia (C.F.B), Curso Superior de Biblioteconomia (C.S.B) e Cursos Avulsos (C.A).”

Já Miranda (2015, p. 55) Diz que o curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional passou a ser considerado como de formação em nível superior somente na década de 1960, pois foi necessária uma nova mudança no currículo e isto fez com que o curso ganhasse reconhecimento. Nos anos que se seguiram, as mudanças continuaram ocorrendo até que entre as décadas de 1960 e 1970 houveram as modificações quanto ao pertencimento do curso da BN e sua nomenclatura, que foi transferido, devido a uma integração de instituições nacionais, para a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), posteriormente, Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) e, finalmente, denominada de Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), como é conhecida atualmente e, quanto a isto, (MIRANDA, 2015, p. 55), expõe que:

Em 1947, Antônio Caetano Dias assumiu a direção do curso e em seguida é fundada a EBD (Escola de Biblioteconomia e Documentação), com seus departamentos de processos biblioteconômicos, bibliografia, filosofia e ciências sociais e após a passagem do mesmo pela FEFIEG e FEFIERJ, em 1979 é fundada a FEFIEG e o curso de Biblioteconomia funda o Centro de Ciências Humanas da UNIRIO, seguido



pelos cursos de Arquivologia e de Museologia. O Prof. Antônio Caetano Dias assume a Decania do CCH e a Profa. Déa Santos de Araújo Coutinho Amadeo, a direção da Escola de Biblioteconomia, permanecendo até 1986.

### **3.2 Breve histórico do Curso de Biblioteconomia da UFF**

O atual Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense, segundo curso de Biblioteconomia a ser implementado no estado, surgiu na Biblioteca Pública Estadual de Niterói, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, em abril de 1963, e assim como o curso da UNIRIO, também não está isento de mudanças ao longo dos anos, inclusive tendo a sua nomenclatura modificada três vezes até se tornar o curso da UFF, como é reconhecido nos dias atuais.

UFF (2015) afirma que todas as três modificações que o curso sofreu quanto as suas denominações, ocorreram na década de 1960, sendo estas: Curso autônomo de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que se deu no ano de sua implantação, em 1963, Curso autônomo de Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense, modificado em 1965, até se transformar, em 1969, no atual Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense.

Este curso nasceu em uma época significativa para a história biblioteconômica brasileira, pois Almeida (2012) explica que foi durante a década de 1960 que o cargo de bibliotecário se tornou uma profissão de nível superior, tendo também ocorrido a criação do chamado Currículo Mínimo (CM), o qual estabeleceu que os cursos da área de Biblioteconomia deveriam possuir a duração de três anos, ao invés de dois como vinha sendo adotado até então, e também houve a criação de uma série de disciplinas mínimas obrigatórias aos cursos, o que contribuiu para um aumento no número de cursos de formação biblioteconômica no país.

Além da difusão da Biblioteconomia no Brasil e do surgimento do atual curso de Biblioteconomia da UFF, a década de 1960 também trouxe mudanças rápidas ao mesmo, se comparado aos acontecimentos do curso da UNIRIO, dado que as alterações de localização ocorreram quase que concomitantemente as mudanças em sua nomenclatura, uma vez que a sua inauguração ocorreu nas instalações da Biblioteca Pública Estadual de Niterói e no ano seguinte teve suas aulas ministradas no Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), também na cidade de Niterói, onde permaneceu por um ano, depois sendo transferido para o Colégio Universitário da UFF e, dois anos depois, passou a ser ministrado no prédio da Reitoria, já na década de 1970, o curso passou a ter aulas no Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF, onde permaneceu até que fosse transferido para a sua atual sede, no Campus

do Gragoatá, em São Domingos, Niterói. Sobre estes acontecimentos, UFF (2015, p. 3) conclui:

O curso autônomo de Biblioteconomia da Uferj iniciou suas atividades em 1963, no prédio da Biblioteca Pública Estadual de Niterói, localizada na Praça da República, s/n, Centro. Em 1964, as aulas passaram a ser realizadas em salas cedidas pela Faculdade de Medicina no Huap até 1965, quando passou a funcionar nas dependências do Colégio Universitário, onde foi iniciada a organização do que viria a ser a Biblioteca Central. Já em 1967, o curso e a Biblioteca Central passaram a ter a suas sedes junto à Reitoria, em Icaraí. Mudou-se para o Instituto de Arte e Comunicação Social em 1970, e naquela ocasião ficou sediado no 4º andar do Instituto de Matemática. Anos mais tarde, seguiu para atual sede na Rua Professor Lara Vilela, 26, em São Domingos.

Chama atenção o fato de que este curso foi fundado nos anos iniciais da criação da antiga Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), atual Universidade Federal Fluminense (UFF) que surgiu em 1961, durante um período marcado: “[...] das divisões entre as ideologias de “direita” e “esquerda” da época [...]” (CORTE; MARTINS, 2010, p. 35) e, posteriormente, os anos que se seguiram da ditadura militar.

Já em relação a 1963, ano em que o curso de Biblioteconomia da UFF nasceu, (CORTE; MARTINS, 2010, p. 35) diz que foi: “[...] mediante um contexto político nacional bastante turbulento, a universidade fluminense conheceria mais uma vez um quadro de instabilidade interna grave.” Um ano após o nascimento do curso, a instituição começou a sofrer com o golpe militar e o período de instabilidade só aumentou, tendo inclusive, desavenças com a instituição à qual pertence a terceira Escola de Biblioteconomia que fundamenta este estudo, referente a sua denominação, conforme explicado:

Ainda nesse período de intervenção, a universidade conheceria nova mudança: em novembro de 1965, a UFERJ passaria a denominar-se Universidade Federal Fluminense (UFF), enquanto a tradicional Universidade do Brasil passaria a ostentar Rio de Janeiro em seu nome (UFRJ). A alteração, no entanto, fruto das injunções políticas da época, não abalaria a instituição nascente. Esta se identificava muito mais com Niterói do que com o interior do estado do Rio de Janeiro, quadro que viria a ser modificado paulatinamente e intensificado a partir das décadas de 1990 e 2000, quando polos universitários da UFF começariam a multiplicar-se por municípios e regiões do estado. (CORTE; MARTINS, 2010, p. 38)

Mesmo tendo o seu início em meio a um período político turbulento, UFF (2015, p. 2) afirma que: “Até 1973, o curso havia formado 140 bacharéis em Biblioteconomia e naquele ano reunia um total de 275 matriculados, distribuídos pelos semestres letivos.”, o que demonstra o interesse dos alunos pelo curso e a consolidação do mesmo que permanece atuante até os dias atuais, segundo UFF (2015, p. 2):

Atualmente o curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF oferece a titulação em bacharel em Biblioteconomia e Documentação com duração entre 7 e 14 semestres. O Departamento de Ciência da Informação é o responsável pela oferta de disciplinas para o curso, que tem uma coordenação (GGB). Os principais objetivos do curso são formar profissionais que acompanhem de perto as transformações da sociedade e que sejam igualmente capazes de identificar demandas de informação; propondo para elas soluções inovadoras, assim como formar especialistas no tratamento da informação registrada em vários tipos de suportes.

### **3.3 Breve histórico do Curso de Biblioteconomia da UFRJ**

Sobre o terceiro curso que norteia este estudo, Informação ([200-?]), diz que desde a inauguração da Biblioteca Central da UFRJ, na década de 1950, já se pensava em um projeto de criação de um Curso de Biblioteconomia na instituição. Era um projeto baseado na visão vanguardista da bibliotecária Lydiá de Queiroz Sambaqui, o qual se pensava na construção de um prédio composto de oito andares que pudesse abrigar a Biblioteca e o seu último piso seria destinado somente as atividades do Curso de Biblioteconomia.

Apesar da ideia ter sido desenvolvida ao longo dos anos, foi somente cinquenta anos após, já no ano 2000, que ela ganhou forças. Neste ano um grupo de bibliotecários se reuniu na tentativa de pensar um Curso de Biblioteconomia para a Universidade Federal do Rio de Janeiro e em 2001, um ano após, houve uma iniciativa para propor uma proposta político-pedagógica de criação do Curso. Sobre este acontecimento, Informação ([200-?], p. 1) afirma:

Em outubro de 2001, por iniciativa da então Coordenação do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), foi formada uma comissão de trabalho – composta por doze bibliotecários, mestres e especialistas na área, para desenvolver a proposta político-pedagógica do Curso.

Já em 2003, a Proposta Pedagógica para a criação do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação foi encaminhada as autoridades competentes da Universidade, para fins de validação. Esta proposta continha um diferencial dos demais cursos de Biblioteconomia existentes no Brasil, como a própria denominação já informa, havia um foco na Gestão, conforme:

Fundamentando-se na experiência dos integrantes da Comissão, como diretores de bibliotecas, a grade curricular do Curso foi planejada com um enfoque diferencial das demais oferecidas pelos 38 cursos existentes no país, contemplando igualmente as áreas de Biblioteconomia e de Gestão, na medida em que os bibliotecários do Ambiente 21 precisam estar capacitados para administrar todos os recursos que integram as Unidades de Informação – quer financeiros, materiais, tecnológicos,

informativos, bem como as pessoas, que constituem seu principal ativo. (INFORMAÇÃO, [200-?], p. 2)

Após o envio da proposta, o curso conseguiu apoio imediato da reitoria vigente e da gestão que assumiu posteriormente. Informação ([200-?]) também relata que: “A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) foi escolhida para abrigar o Curso, em virtude do seu foco na área de gestão”, e expõe que houveram diversas parcerias com outras Escolas e Institutos pertencentes a UFRJ.

Nos meses de junho e julho de 2005 o Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi finalmente aprovado para fazer parte dos cursos de graduação oferecidos pela instituição, tendo ocorrido em junho pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e em julho pelo Conselho Universitário (CONSUNI).

Informação ([200-?]) diz que: “A primeira turma do Curso ingressou em agosto de 2006, prestando concurso vestibular, conforme edital no 35, de 15 de julho de 2005, publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 19 de julho de 2005, seção 3, p. 35-37.” Já referente aos dias atuais, Sá e Pereira (2016, p. 187) dizem que o curso se dividiu em dois campi a partir de 2010, passando a ser localizado no campus da Praia Vermelha, em Botafogo e os alunos também foram distribuídos para a Ilha do Fundão, conhecido como o campus da Cidade Universitária.

#### 4 BIBLIOTECAS PRISIONAIS

A existência da biblioteca prisional é prevista pela Lei de Execuções Penais – LEP – nº 7.210, de 11 de julho de 1984 que em seu art. 21 Capítulo IV prevê que cabe ao juízo penitenciário aprimorar: “A existência de bibliotecas e as condições de seu acervo” (BRASIL, 1984), porém esta existência é quase nula no país, onde pouco se expõe sobre a realidade das prisões e, conseqüentemente, tão pouco sobre as bibliotecas.

Essa precária discussão que se possui - ao menos no âmbito nacional que contribui para fundamentar este estudo - sobre este tipo de biblioteca, está explícita nos resultados das pesquisas bibliográficas e na carência de um termo concretizado para tal, o que colabora para a manutenção do silêncio de trabalhos nesta área no campo da Biblioteconomia e também no ramo da ciência em geral. A esse respeito, Freitas (2017, p. 37) declara:

No Brasil percebe-se que não há ainda uma terminologia padronizada no que diz respeito à biblioteca que está inserida no ambiente prisional. Ao longo da pesquisa bibliográfica, que precedeu a elaboração deste estudo, identificaram-se diferentes expressões para designá-las, tais como: “bibliotecas de estabelecimentos prisionais” (SANCHES, 2008), “bibliotecas de estabelecimentos penitenciários” (EIRAS, 2007), “bibliotecas de presídio” (SANTOS, 2016), e “bibliotecas prisionais” (SILVA NETO; LEITE, 2011).

Ocorre também outra problemática no que tange à questão da biblioteca prisional, pois o conceito de biblioteca está longe de contemplar tais espaços e a formação oferecida atualmente ao bibliotecário não fornece subsídios para a atuação nesses locais, o que dificulta a disseminação e o entendimento da biblioteca na prisão como um local de ação biblioteconômica. Sobre isso, Carvalho (2019) diz que:

Devemos observar que a biblioteca é um espaço que deve ser acessível a toda a população independente de raça, religião, status social e econômico e nível intelectual. [...] Por isso, seria bastante pertinente não somente pensar, mas também agir, visando mostrar a importância da biblioteca na prisão. [...] poderíamos pensar na expansão dessas projeções através de uma política do Governo Federal em parceria com os estados, municípios e a área de Biblioteconomia, de forma planejada e integrada, com vistas a envolver o amplo potencial de uma biblioteca, explorando seus diversos suportes e possibilidades de ação social, educativa, e cultural.

Em defesa das bibliotecas prisionais brasileiras e a partir da inquietação com a deficiência de debates sobre o tema foi criada em 2017, pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) a Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) que nos últimos anos está atuando em prol dessa

temática e possui como objetivo “Promover as bibliotecas e a presença do bibliotecário nas unidades penais, a fim de assegurar o direito à educação e ao desenvolvimento humano dos apenados, respeitando e fazendo cumprir a legislação vigente no país.” Tendo consigo a missão de:

[...] dar ao Brasil uma representatividade oficial no que tange as bibliotecas prisionais, por meio da disponibilização de fontes de informação concernentes a temática das bibliotecas de estabelecimentos penitenciários, alinhando as diretrizes já existentes no âmbito da biblioteconomia com a legislação vigente no país. (FEDERAÇÃO, 2017)

Ao se abordar este tipo de biblioteca é importante que se pense na imagem que ela representa socialmente, para tal, se torna fundamental que haja antes um entendimento sobre o local onde ela está inserida. Para a sociedade as prisões são vistas negativamente, o que ocasiona no esquecimento desses lugares e contribui para o estigma das pessoas que por qualquer motivo venham a ter algum contato com este ambiente, com exceção, é claro, àqueles que possuem uma relação de poder. Além de serem locais onde as regras, o medo e as punições estão presentes a todo o momento, dificultando a escolha dessas localidades como um possível campo de trabalho pelos bibliotecários. Catia Lindemman é bibliotecária, ativista de uma Biblioteconomia Social e atual presidente da CBBP e em sua entrevista a Chico de Paula para a revista *Biblioo*, expõe:

[...] Neste momento eu comprovei que o preconceito para com o cárcere não está apenas no senso comum, nas pessoas que não leem sobre o assunto, que apregoam aquele velho jargão do “bandido bom é bandido morto”. Não, na academia a falácia impera, na hora de colocar em prática o discurso, se mostram tão preconceituosos quando a sociedade fora muros acadêmicos. (LINDEMMAN, 2017)

A bibliotecária descreve sobre os desafios de sua atuação no cárcere e defende a importância da efetivação das leis - como a LEP de 11 de julho de 1984, já mencionada anteriormente - que contempla a temática das bibliotecas no sistema prisional brasileiro. Relata também sobre a dificuldade e o preconceito que encontrou em sua escola de formação ao relatar o desejo de construir uma biblioteca na prisão.

Outro fator imprescindível ao se pesquisar este tipo de biblioteca são os seus usuários, ou seja, as pessoas em cumprimento de pena, que em sua maioria possuem todo um histórico de falta de oportunidades, de acesso à cultura e educação. Também, em consequência disso muitos são analfabetos ou têm um baixo nível de escolaridade, há ainda, a questão étnico-racial que está atrelada a isto, pois segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) (BRASIL, 2017, p. 31): “Somados, pessoas presas de cor/etnia

pretas e pardas totalizam 63,6% da população carcerária nacional.” Desse modo, é importante que haja bibliotecas nestes locais com bibliotecários formados que atuem de maneira efetiva auxiliando essas pessoas e facilitando o acesso aos livros e à leitura, a fim de contribuir com uma mudança nessas estatísticas onde a maior parte da população negra, pobre e de baixa escolaridade está encarcerada:

No que concerne ao grau de escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil, é possível afirmar que 51,3% destas possuem o Ensino Fundamental Incompleto, seguido de 14,9% com Ensino Médio 35 Incompleto e 13,1% com Ensino Fundamental Completo. O percentual de presos que possuem Ensino Superior Completo é de 0,5%. (BRASIL, 2017, p. 34)

Ainda no âmbito educacional das pessoas em privação de liberdade, existe outra questão que é ainda menos comentada que são os internos na condição de graduandos, e referente a isso, Calhau (2013) diz que: “Os que são aprovados têm direito aos estudos, mas, por estarem no regime fechado, não podem frequentar. Apenas os que cumprem regime semiaberto vão às aulas, não sem muita dificuldade e burocracia do Estado”.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos detentos, a biblioteca pode atuar como um suporte junto ao Estado, tanto incentivando o acesso a graduação, quanto em relação a permanência delas, pois se pode ter a imagem de que alguém em situação de cárcere possui um grande tempo ocioso, porém de que adianta haver disponibilidade para os estudos quando não há a garantia do acesso à educação, aos livros e/ou à internet?

Desta forma, entra a necessidade de haver bibliotecas com bibliotecários para auxiliarem na inserção e no combate à evasão universitária dessas pessoas, pois sem este mínimo acesso aos materiais de apoio não há como cumprir os requisitos estabelecidos pelas Instituições acadêmicas que também não são pensadas para estas pessoas. Sobre a importância da biblioteca como um auxílio a esses graduandos, Santos e Prudencio (2018, p. 215) explicam que:

Existem também os casos de presidiários que fazem o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), e neste sentido, a biblioteca configura-se como um espaço de leitura, estudo e consulta aos materiais necessários a objetivos educacionais.

Com isso, é possível entender as discrepâncias que permeiam a questão da biblioteca prisional no Brasil, que vão desde a existência de leis que não são aplicadas efetivamente e a negligência do governo em relação aos encarcerados, perpassando os preconceitos sobre a prisão na sociedade como um todo, passando também pelas questões inerentes ao perfil do público alvo desses lugares, levando até os profissionais bibliotecários e a própria área da Biblioteconomia.

## 5 DISCURSO, MEMÓRIA E SILÊNCIO

Para Oliveira e Orrico (2005) o discurso está estritamente ligado à ideia de ação. O discurso, assim como o silêncio e a memória, está presente a todo o momento em nosso dia-a-dia enquanto sociedade. É algo que está manifesto em nossas relações sociais como indivíduos, singulares e coletivos. Faz parte de um círculo que nos atravessa e que, por vezes, nem ao menos percebemos, pois se encontra enraizado socialmente. Segundo Oliveira e Orrico (2005, p. 74): “[...] o discurso é polissêmico, havendo sempre espaço para discussões em torno de sua natureza e de seu funcionamento.” É um acontecimento que nos perpassa e pode representar diferentes significados, pois depende de quem fala; sobre o que se fala; onde se fala, dentre outras questões... Muitas vezes, o silêncio está presente no discurso, assim como a memória, tornando-os partes fundamentais para esta pesquisa.

Ferreira (2005) diz que ao considerar que as culturas humanas são constituídas na linguagem, é também através dela, que estabelecemos as referências para a construção da memória, do mesmo modo que é possível modificá-la e produzir mudança. Já para Oliveira e Orrico (2005, p. 77) ocorre uma diferença entre língua e discurso. Deste modo:

A primeira se apresenta como a base comum aos falantes, como um sistema virtual (e social) que se realiza concretamente em processos discursivos diferentes, ao passo que o segundo representa a ação empreendida pelo homem ao utilizar a base linguística com a finalidade de expressar e produzir sentidos.

Ferreira (2005) também chama a atenção para os aspectos éticos e políticos da construção da memória, utiliza uma crônica sobre Futebol para elucidar o papel das práticas discursivas nessa construção. Destaca, com respaldo em estudos antropológicos, que no Brasil, em épocas de grandes comemorações sobrevém um imaginário de identidade nacional que produz esquecimento, pois nestes momentos ocorre um sentimento coletivo de que todos são iguais por encontrarem-se próximos, o que gera um silêncio sobre o distanciamento social presente no país. Sobre esta questão do imaginário nacional, Pollak (1989, p. 3), expõe que:

[...] uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.

Retomando a questão do discurso, Ferreira (2005) reconhece que: “O discurso, retomado com variações em diferentes tradições disciplinares nas ciências sociais, tem em Foucault seu principal formulador”. Para Foucault (2014), o discurso pertence ao meio dos sentidos e está atrelado a uma disputa de poder entre o desejo e a instituição, onde - através de



um ritual e por meio de regras restritas que definem o que é ou não permitido dizer - esta o detém, o manipula e o controla. Expõe que a instituição parece sempre dizer ao desejo que não há o que temer ao adentrar a ordem do discurso, pois este já está na ordem das leis e já existe quem o possui. Ao mesmo tempo em que o desejo gostaria de pronunciar verdades, mas deseja não ter que entrar nessa ordem limitada do discurso institucionalizado que exerce uma coerção sobre o mesmo, o que gera uma inquietação diante do que é o discurso, podendo o desejo e a instituição serem somente duas réplicas opostas a essa mesma inquietação – inquietações de palavras que por estarem sendo utilizadas há tanto tempo já perderam o impacto e o seu significado já não sensibiliza mais.

Segundo Ferreira (2005, p. 110): “Em grande parte das reflexões socioconstrucionais acerca do conhecimento, da identidade e da memória, a noção de discurso é fundante.” Para a autora, há uma diferença entre o discurso do qual formula Foucault e do discurso estudado na fase arqueológica. O discurso para Foucault estaria ligado a uma construção histórica presente nas práticas discursivas por meio de processos subjetivos que constroem o sujeito, já para a fase arqueológica, este processo se daria ao contrário, a ênfase estaria no discurso construído a partir das formações discursivas e, posteriormente, se voltaria à produção de subjetividade.

Em a ordem do discurso, Foucault (2014, p. 8) indaga: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”. Para tal, complementa supondo que em toda sociedade, há um número de processos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem o discurso, exercendo a função de incitar seus poderes e perigos. Tudo isso está ligado à disputa de poder protagonizada pelo desejo e pela instituição, onde há uma manipulação do que é proferido, pois não existe neutralidade no discurso, contribuindo para a opressão que o mesmo exerce ao mesmo tempo em que também é coagido por ela, através das regras impostas socialmente.

Pollak (1989) relata sobre como a história oral ressaltou a importância das memórias subterrâneas opondo-se à memória oficial. Neste caso, as memórias subterrâneas seriam representadas pelos marginalizados e excluídos socialmente e a memória oficial trataria de uma memória nacional, imposta e aceita socialmente. Para Pollak (1989, p. 4), a memória subterrânea: “[...] acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional.” Deste modo, se pode relacionar com o que Foucault pergunta sobre o perigo de as pessoas falarem, pois há lugares como a memória subterrânea, que são perigosos para aqueles que já estão instituídos e isto também é uma forma de exercer poder e dominação.

Orlandi (1987, p. 263) diz que: “O silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto que o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de

resistência.” No caso das prisões e das bibliotecas pertencentes a estes lugares, esse silêncio, essa falta de discursos, podem ser vistos como exclusão, uma vez que outras falas conseguem ser entendidas como mais importantes, tais como as temáticas tecnológicas e, conseqüentemente, as que possuem maiores remunerações.

Já em Foucault, há os procedimentos de controle e delimitação do discurso, onde tais procedimentos ou sistemas de exclusão podem ser analisados como sistemas históricos e institucionalmente constrangedores, sendo considerados procedimentos exteriores, visto que pertencem ao desejo e o poder. O mais manifesto em nossa sociedade é a interdição, pois conforme explica Foucault (2014, p. 9): “Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.” Há três tipos de procedimentos de exclusão que atravessam o discurso, sendo estes o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado.

Para Foucault (2014), a sexualidade e a política são as regiões mais afetadas pelas interdições, como se o discurso, ao ser acertado por elas, se tornasse um dos locais que exercem alguns de seus poderes mais temíveis, com privilégio e revelando a sua ligação com o desejo e com o poder. Pois, ao mesmo tempo em que o discurso é o objeto de desejo, é também o que manifesta este desejo. É o poder que lutamos para obter, porque desejamos nos apoderar.

Essa disputa está intrínseca em nossa sociedade e basta olharmos para o que ocorre nessas duas regiões que, muitas vezes, ainda são consideradas um tabu, para entendermos essa conexão, pois podemos dizer que existe tanto na política, quanto na sexualidade um favorecimento - mais especificamente um poder construído sócio historicamente - exercido por um discurso branco e heterossexual contrapondo o de natureza homossexual e contribuindo para a manutenção opressora de privilégios daqueles pronunciamentos socialmente aceitos, ocorrendo uma interdição dessas falas que são por vezes silenciadas por representarem uma ameaça devido ao significado que elas possuem e o poder que são capazes de manifestar.

Há um segundo princípio de exclusão denominado separação e rejeição, sobre o qual está vinculada a separação entre razão e loucura. Separação esta que traz à tona o discurso do psicótico como algo que não pode ser dito, que é separado dos demais e impedido de circular, que é excluído e silenciado. Essa palavra do “louco”, como é exposta pelo autor, não era ouvida durante séculos e quando ouvida, era vista como uma verdade escondida por se opor às regras estabelecidas pelas instituições... Mas, mesmo dessas duas formas, era sempre uma

palavra que não existia, pois estava fadada ao campo do silêncio, representava um discurso que exercia a separação.

A palavra do psicótico só tinha representação no teatro, como uma verdade mascarada simbolicamente. Essa separação entre a palavra de um indivíduo considerado “louco” e a sociedade continua existindo, apesar de muitos dizerem que já não existe mais e que é uma palavra livre, porém ela se mantém sendo representada de outro modo, através de novas instituições e com outros efeitos.

Orlandi (1987) expõe como a fala pode ser silenciada referente ao que se diz, onde por muitas vezes se fala uma coisa para não dizer outra ou para não se permitir que seja dito e, assim, se diz algo diferente daquilo. Isto ainda ocorre em nossa sociedade em diversos locais, onde utilizamos “moreno” para não dizer “negro ou preto” ou “revolução de 1964” para não dizer “golpe ou ditadura militar”. Sobre isto, Orlandi (2015, p. 33) denomina de:

[...] ordem da enunciação: ao falarmos, o que fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro.

Para Foucault (2014) essas separações - segundo sistema de exclusão mencionado acima - são autoritárias e se organizam em torno de circunstâncias históricas, sendo sustentadas por um sistema de instituições e não se exercem sem ao menos uma parte de violência. Aqui, é possível relacionarmos com a palavra dos indivíduos marginalizados que são separados e rejeitados da sociedade para que ocorra uma tentativa de “ressocialização”, sendo que em muitos casos parece que não é oferecido o mínimo de subsídios para que isto aconteça, existindo somente uma manutenção da segregação dessas pessoas e os tornando cada vez mais esquecidos socialmente.

Há ainda, um terceiro sistema de exclusão chamado de oposição do verdadeiro e do falso, sendo destes três sistemas, o mais comentado pelo autor. Baseia-se na vontade de verdade que vem cruzando os nossos discursos há muitos séculos. No século VI, a verdade residia no que o discurso era ou no que ele fazia, este era considerado verdadeiro na medida em que estava unido ao exercício do poder, reinando e exercendo um respeito por si só que fazia com que os indivíduos necessitassem submeter-se a ele, sendo valorizado pelo prestígio de quem o proferia.

Houve uma mudança no século posterior que fez com que a verdade já não estivesse mais atrelada ao que dizia o discurso, dando uma forma mais geral à vontade de saber que temos hoje, onde o discurso verdadeiro já não era mais apenas aquele considerado precioso e

desejável, atrelado a figuras de poder. Essa transformação se deu a partir de uma divisão histórica, onde ocorreu uma mudança social e conseqüentemente, as formas de pensar o discurso. Agora, para um discurso ser aceito e considerado verdadeiro ele deve atender às regras estabelecidas ou será excluído e invalidado.

Já entre os séculos XVI e XVII se deu outra mudança no que se considerava como verdade em um discurso, ocorreu a partir de uma divisão histórica que contribuiu para que a vontade de verdade tivesse a sua própria história. No entanto ele se apoia e representa uma base institucional e desempenha um constrangimento, assim como os outros sistemas, sendo também por isso que essa vontade de verdade está no meio dos sistemas de exclusão. Conforme explica Foucault (2014, p. 17): “Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.”

Ainda sobre o silêncio, Orlandi (2018) afirma que ele se dá de diferentes formas, sendo o silêncio implícito a primeira delas. Esta forma de silêncio consiste no não-dito como algo positivo, onde ele não necessita das palavras para possuir significado, mesmo estando presente nelas conforme explica Orlandi (2018, p. 67): “As palavras são cheias, ou melhor, são carregadas de silêncio. Não se pode excluí-lo das palavras assim como não se pode, por outro lado, recuperar o sentido do silêncio só pela verbalização.”

A segunda forma de silêncio é o silêncio e significação, e este se dá através do silêncio representado: “[...] pela relação significativa som/sentido.” (ORLANDI, 2018, p. 67). A terceira forma de silêncio que é exposta pela autora é denominada de o silêncio fundador que consiste no próprio silêncio como produtor de sentido, não se definindo somente por possuir relação sonora com a linguagem.

Já o silenciamento é a quarta forma de silêncio sobre a qual se pode entender como algo que define o que é dito ou não, partindo da ideia da política de silêncio que para Orlandi (2018, p. 73): “[...] se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.” A quinta e última forma de silêncio se denomina silêncio e vozes sociais e a autora divide em duas partes.

A primeira é chamada de Dominação e resistência e observa que o sujeito e o sentido fazem parte do discurso ao mesmo tempo, o que faz com que o sujeito não: “possa ocupar certos “lugares”, ou melhor, proibem-se certas “posições” do sujeito.” (ORLANDI, 2018, p. 76), já a segunda parte é nomeada de um caso exemplar: as autobiografias, referente a qual a autora explica que está ligada ao poder-dizer, onde o sujeito utiliza da ficção para contar uma história real, pois segundo ela: “É uma forma de sair do silêncio definido pela censura e que

significa sua falta de liberdade de agir sobre o real, resultando na impossibilidade de criticar, de discordar, em suma, na impossibilidade de dizer “certos” sentidos.” (ORLANDI, 2018, p. 82).

A partir da exposição dos três sistemas de exclusão que permeiam o discurso segundo Foucault e de diálogos que percorrem os conceitos da memória e do silêncio, se pretende utilizar como base teórica para fundamentar o estudo, na tentativa de responder o problema de pesquisa junto a análise que será feita através dos dados coletados por meio de entrevistas com os docentes dos Cursos de Biblioteconomia do Rio de Janeiro.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se a partir de um caráter exploratório, uma vez que se tem uma visão de que talvez se tenha poucos trabalhos sobre esta temática, o que pode acabar contribuindo para uma possível manutenção do silêncio que talvez permeie este assunto no ramo da Biblioteconomia. Sobre isto, Gil (2008, p. 27) explica que: “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.” A abordagem utilizada é de cunho qualitativo. Os dados foram coletados através de entrevistas e serão analisados nas próximas seções de acordo com o referencial teórico.

### 6.1 Campo da pesquisa

No campo de pesquisa se buscou realizar pesquisa bibliográfica e de campo. Bibliográfica a partir dos materiais utilizados ao longo do estudo e fundamentada no que diz Gil (2002, p. 44): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Já sobre a pesquisa de campo, Fonseca (2002) explica que é um tipo de pesquisa que se caracteriza por meio de obtenção de dados junto às pessoas, neste caso se enquadra a realização de entrevistas com o corpo docente dos cursos de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro. Ainda sobre a pesquisa de campo, Gil (2002, p. 53) diz que:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

Considerando o que os autores conceituam sobre pesquisa de campo, as próximas páginas deste trabalho tratarão de expor a característica das entrevistas realizadas no que tange a coleta e análise dos dados coletados, incluindo o perfil socioeconômico dos entrevistados.

## 6.2 Técnicas de coleta e análise de dados

Tendo em vista o problema de pesquisa que parte do pensamento de que talvez haja um silêncio do discurso sobre as bibliotecas prisionais, a técnica de coleta de dados escolhida para este trabalho foi a entrevista, pois segundo Duarte (2004, p. 215):

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

## 6.3 População/Amostra

Segundo Gil (2008, p. 89): “Universo ou população. É um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar.” Sobre tal, a população a qual esta pesquisa engloba é constituída pelos Cursos de Biblioteconomia do Rio de Janeiro. Já para a amostra desta população, foram selecionados seis docentes das Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro: UNIRIO, UFF e UFRJ, sendo dois de cada uma das três escolas. Tendo por base que Gil (2008, p. 90) considera que a amostra é o: “[...] Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população.” As seções a seguir tratarão de demonstrar como os dados foram coletados e posteriormente analisados.

## 7 INVESTIGANDO DISCURSOS

Neste capítulo, serão apresentadas as características presentes na elaboração e coleta dos dados, sendo estes últimos recolhidos a partir de entrevistas com seis docentes das Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro, as quais são pertencentes às universidades: UNIRIO, UFF e UFRJ, onde foram selecionados dois professores vinculados a cada um destes três cursos, e sobre o que é esta técnica de coleta de dados, Gil (2008, p. 109) diz que:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Já quanto ao tipo de entrevista, se procurou seguir o método de entrevista semiestruturada que segundo explica Boni e Quaresma (2005, p. 75):

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal.

Deste modo, é importante destacar que algumas perguntas podem ter sido realizadas de formas distintas de acordo com o perfil de cada entrevistado e o desenvolvimento de cada entrevista, mas se procurou seguir a quantidade e ordem fixa pré-estabelecidas de perguntas para todos os participantes, no intuito de se alcançar os objetivos proposto e responder o problema de pesquisa.

Foram elaboradas quinze perguntas ao todo (Apêndice A), onde se buscou estruturá-las em quatro eixos temáticos, denominados pela autora conforme a ordem em que constam no “roteiro” de: Eixo 1- Formação e Interesse pela Temática, composto por cinco perguntas, sendo a primeira pergunta um mapeamento socioeconômico subdividido em: idade; gênero; raça/etnia; local de moradia e renda; o Eixo 2 - Em relação à instituição de atuação, o qual continham quatro perguntas; Eixo 3 - Sobre as Escolas de Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro em geral, formado por três perguntas e o Eixo 4 - Bibliotecas prisionais, Biblioteconomia e bibliotecários, que também comportou as três últimas perguntas, totalizando as quinze perguntas totais.

No que se refere à escolha dos seis participantes, foram feitas buscas referentes aos membros dos corpos docentes das instituições pesquisadas, a fim de definir potenciais entrevistados que pudessem fornecer dados que respondessem ao problema e objetivos da



pesquisa, principalmente em relação à qual o olhar das escolas onde atuam, no que tange às bibliotecas prisionais, e foram realizadas em diferentes fontes de informação conforme os dados disponíveis referentes a cada uma das três escolas cariocas.

O primeiro critério de seleção definido é inerente à formação, pois se optou por perfis de profissionais bibliotecários, uma vez que o problema e os objetivos desta pesquisa buscam identificar discursos sobre a biblioteca prisional nessas Escolas de Biblioteconomia, que são as responsáveis pela formação desses profissionais, e também há o entendimento de que as bibliotecas devem ser geridas por bibliotecárias e bibliotecários de formação.

Já o segundo critério, consistiu na tentativa de encontrar, nos perfis/currículos desses docentes bibliotecários: trabalhos, eventos, disciplinas ministradas, orientações de trabalhos acadêmicos e/ou projetos de extensão e de pesquisa que contemplassem a temática da biblioteca prisional e/ou que se assemelhassem a essa temática, por exemplo, os perfis dos professores que seguiam linhas de pesquisas direcionadas ao cunho social da área. A escolha do número de participantes foi feita com o entendimento de que se trata de uma pesquisa inicial e um número distinto poderia interferir na coleta e análise dos dados, visto a inexperiência da autora e a tipologia do trabalho, ao mesmo tempo em que se buscou obter dados com participantes que pudessem “representar” essas escolas pesquisadas.

O levantamento do perfil dos membros do corpo docente da UNIRIO foi realizado inicialmente através do Google, pelo termo “Corpo docente Biblioteconomia Unirio”, o qual recuperou a página da Universidade onde continha o corpo docente do curso de Biblioteconomia subdivido por “2015.1, 2015.2, 2016.1 e 2016.2”, em ordem alfabética dos nomes dos professores e em formato URL clicável que direcionava ao currículo Lattes de cada membro do corpo docente.

Quanto à busca pelos professores da UFF, cujo perfil mais se assemelhasse ao que a pesquisa visa responder, esta foi realizada diretamente no site “Quem pesquisa o quê na UFF”, visto que a autora já conhecia este formato de pesquisa. A partir disso, se utilizou a ferramenta “busca avançada” e houve a utilização do filtro “com a frase”, onde se buscou por “Biblioteconomia”, e um segundo filtro “Somente do(s) tipo(s)”, o qual foi selecionado o tópico “Pesquisador”. O resultado da busca recuperou duas páginas contendo os nomes de docentes vinculados ao curso de Biblioteconomia, porém, diferente da UNIRIO, estes não estavam em ordem alfabética, mas assim como na página da UNIRIO, também possuía um link clicável que permitia o acesso a um pequeno resumo do currículo de cada professor, inclusive um link para o currículo Lattes.

Já o levantamento dos membros do corpo docente da Escola de Biblioteconomia da UFRJ, à qual a autora é discente, foi feito com base na planilha “LINHAS DE PESQUISA DOS DOCENTES DO CBG - 2019-1” recebida por e-mail em julho de 2019, via Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da UFRJ (SIGA - UFRJ), e em casos de professores que a autora não teve contato ao longo de sua formação, foi realizada uma segunda busca no currículo Lattes.

Após as pesquisas apontadas acima, se iniciou o processo de definição e convite dos possíveis entrevistados, sendo importante destacar que para cada candidato, de cada instituição, foi selecionado um suplente, totalizando em doze possíveis entrevistados, porém somente no caso da UNIRIO, não houve retorno por parte dos dois potenciais candidatos, sendo as entrevistas realizadas com os seus respectivos suplentes.

Os convites para a participação na pesquisa foram enviados pelo e-mail pessoal da autora e com cópia para o orientador do estudo, em caráter formal, entre os meses de setembro e outubro de 2020, sendo as entrevistas realizadas entre os meses de outubro e novembro do mesmo ano, tendo a duração de trinta minutos em média. O objetivo inicial era que as entrevistas fossem concretizadas pessoalmente e individualmente com cada professor, mas devido ao distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19, estas tiveram que ser readaptadas e realizadas via plataforma de reuniões online.

Todas as seis entrevistas foram gravadas e armazenadas na nuvem e no computador pessoal da autora. Todos os seis entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido e foram informados sobre as gravações, consentindo com as mesmas tanto por e-mail, quanto no início da gravação de cada entrevista. As próximas páginas serão destinadas à análise das entrevistas.

## 8 CONSTRUINDO SILÊNCIOS E SENTIDOS

Este capítulo tratará de analisar os dados que foram coletados por meio das seis entrevistas com cada um dos seis docentes representantes dos Cursos de Biblioteconomia das em questão e, referente a isto, Teixeira (2003, p. 191) explica que:

A análise de dados é o processo de formação de sentido além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação de significado.

Sendo assim, nas próximas páginas os discursos coletados serão apresentados e analisados por meio de fragmentos das entrevistas, na tentativa de se responder o problema de pesquisa apresentado no capítulo 1. Porém, antes disto, se considera necessário que se apresente os perfis socioeconômicos dos seis professores que colaboraram com o estudo, apesar do entendimento de que não seja este o objetivo da pesquisa, mas partindo da percepção de que estes discursos são proferidos por sujeitos que exercem uma relação de poder nessas instituições, ao mesmo tempo em que estas instituições também exercem poder sobre eles. Com isto, o próximo tópico tratará de elucidar estes perfis.

### 8.1 Os sujeitos

O objetivo deste tópico consiste em apresentar, por meio dos perfis socioeconômicos traçados nas entrevistas, a amostra de que se tratou este estudo e não possui a finalidade de expor a identidade de nenhum dos entrevistados, uma vez que não é este o propósito do trabalho. Por tanto, as menções a cada um dos seis participantes se darão, de agora em diante, por “Docente (INSTITUIÇÃO)”, sendo estes numerados entre um e dois, conforme a ordem em que ocorreu a coleta de dados com cada representante das instituições pesquisadas. Deste modo, há “Docente (UFRJ) 1”; “Docente (UFRJ) 2”; “Docente (UFF) 1”; “Docente (UFF) 2”; “Docente (UNIRIO) 1” e “Docente (UNIRIO) 2”.

A pesquisa buscou, dentro das limitações da população que compõe este estudo e dos critérios de seleção apresentados anteriormente, entrevistar diferentes perfis de sujeitos, de modo a obter pontos de vistas diversificados, posto que há o pensamento de que o corpo docente das Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro é formado por sujeitos distintos, com formações, vivências e linhas de pesquisas variadas, o que justifica as duas primeiras perguntas presentes no eixo 1.

Dessa maneira, o conjunto de entrevistados é composto por cinco pessoas que se declararam do gênero feminino e uma pessoa que se declarou do gênero masculino. A idade dos participantes varia entre trinta e quatro e sessenta e oito anos. Quando perguntados sobre a raça/etnia, quatro pessoas se declararam brancas e duas se declararam pardas. Quanto ao local de moradia, todas as pessoas afirmaram residir no estado do Rio de Janeiro. Já em relação à renda, quatro pessoas declararam receber entre sete e dez salários mínimos e duas pessoas declararam receber entre dez e vinte salários mínimos. Com relação à formação acadêmica, todos os seis participantes possuem título de doutorado, sendo que um deles também possui pós-doutorado.

As duas primeiras pessoas entrevistadas representam a escola de formação da autora, a Escola de Biblioteconomia da UFRJ, e os dados foram coletados na primeira quinzena do mês de outubro de 2020. Quanto aos perfis, a Docente (UFRJ) 1 possui sessenta e oito anos; gênero: feminino; raça/etnia: branca; local de moradia: Vila Isabel/RJ; renda: entre sete e dez salários mínimos. Em relação a formação acadêmica:

Laryssa - Qual é a formação acadêmica da sra.?

Docente (UFRJ) 1 - Eu sou formada em Biblioteconomia e Documentação pelo que hoje é a UNIRIO, mas antigamente era uma instituição pública federal, era a FEFIERJ, mas atualmente UNIRIO. Depois eu fiz mestrado de Memória Social e Documentação, também na UNIRIO, e fiz o doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana, na UERJ. A minha experiência como bibliotecária a vida inteira foi na UERJ. Em 2000 me aposentei na UERJ e resolvi iniciar uma outra carreira e fiz o concurso para docente da UFRJ.

Laryssa - A sra. lembra em que ano se deu a formação na graduação?

Docente (UFRJ) 1 - Ih, agora você me pegou. Pera aí... A graduação foi em 74, o mestrado acho que foi em 89 e o doutorado eu terminei em 2013.

A segunda pessoa entrevistada foi a Docente (UFRJ) 2, de quarenta e dois anos; gênero: feminino; raça/etnia: branca; local de moradia: Rio de Janeiro e renda entre 7 e 10 salários mínimos. Quanto a formação acadêmica:

Laryssa - Qual é a formação acadêmica da sra.?

Docente (UFRJ) 2 - Eu me formei em Biblioteconomia na UFRGS, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A minha formatura foi em 2003, né, 2003.2. Como teve uma greve né... a formatura foi em 2014, mas me formei em 2003. 2014 não, 2003, desculpa... risos.

Laryssa - Depois a sra. Fez mestrado? Foi lá no Rio Grande do Sul ou foi por aqui mesmo?

Docente (UFRJ) 2 - Não, eu fiz mestrado no IBICT em... 2009... isso, 2009... em Ciência da Informação. E fiz doutorado na UFRGS também, lá no Rio Grande do Sul, em Comunicação e Informação, em 2014.

As duas outras pessoas que participaram da pesquisa correspondem a Escola de Biblioteconomia da UFF, e os dados, assim como com as docentes da UFRJ, também foram coletados na primeira quinzena de outubro de 2020, sendo a Docente (UFF) 1 a terceira pessoa entrevistada. Quanto ao perfil, ela possui trinta e quatro anos; gênero: feminino; raça/etnia: parda; local de moradia: Niterói/RJ; renda: entre 7 e 10 salários mínimos e em relação a sua formação acadêmica, informou que:

Docente (UFF) 1 - Eu me formei em 2007 pela Universidade Federal do Ceará, e aí o mestrado eu terminei em 2012 pela Universidade de São Paulo, e o doutorado eu terminei em 2017, também pela Universidade de São Paulo. Teve o período sanduíche também de um ano no México, na UNAM.

Sobre a Docente (UFF) 2, quarta pessoa que colaborou com a pesquisa, a mesma informou ter a idade de quarenta e dois anos; gênero: feminino; raça/etnia: branca; local de moradia: Rio de Janeiro; renda: entre 7 e 10 salários mínimos e a formação acadêmica informada foi:

Docente (UFF) 2 - Então, da graduação eu entrei em 99.2 e conclui em 2004. O mestrado iniciei em 2008, se não me engano... e conclui em 2010. E o doutorado eu iniciei em 2010 e conclui em... não, é porque eu fiz a seleção em 2010... então iniciei o doutorado em 2011 e finalizei em 2015... isso. São quatro anos e fiquei certinho.

Laryssa: - A graduação da sra. foi em qual instituição?

Docente (UFF) 2 - Em Biblioteconomia na UNIRIO... e o mestrado e doutorado foram pelo PPGMS da UNIRIO, Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

As duas últimas entrevistas ocorreram na primeira quinzena de novembro de 2020 e foram realizadas com dois docentes da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO, sendo o Docente (UNIRIO) 1, a quinta pessoa que colaborou com este estudo. Ele possui quarenta e nove anos; gênero: masculino; raça/etnia: parda; local de moradia: Botafogo/Rio de Janeiro; renda: de 10 até 20 salários mínimos. Sobre a formação acadêmica diz que:

Docente (UNIRIO) 1 - Eu sou graduado em Biblioteconomia pela... Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense, me graduei em 1994... é... tenho mestrado e doutorado em Ciências Sociais, concluí o mestrado no ano de 2004 e o doutorado em 2009.

A Docente (UNIRIO) 2, sexta e última pessoa entrevistada, também professora do curso de Biblioteconomia da UNIRIO, tem sessenta anos de idade; gênero: feminino; raça/etnia: branca; local de moradia: Rio de Janeiro e renda entre 10 e 20 salários mínimos. Informou possuir a seguinte formação:

Docente (UNIRIO) 2 - Eu me formei em 1980... oitenta? Acho que é... ou 1979? Agora não lembro, mas acho que foi 79. Isso. 1979, graduação em Biblioteconomia.

Foi o último ano em que a graduação ainda era em três anos na minha época e aí na década... em 1990, eu fiz uma especialização em gestão da biblioteca, gestão bibliotecária. Em 98 eu fiz mestrado na área de Ciência da Informação. Ah, eu me formei na Fundação de Sociologia e Política de São Paulo. Eu sou de São Paulo, nascida aqui. Eu me formei na FESP. Daí eu fiz essa especialização que era uma especialização da FESP com o IBICT, em 90. Depois fui fazer o mestrado em 98... em 98 eu fiz o mestrado na ECA/USP, na Escola de Comunicação e Artes da USP, em Ciência da Informação. Em 2008 eu fiz o meu doutorado na ECA/USP também em Ciência da Informação.

Além disso, em resposta a outra pergunta, a Docente (UNIRIO) 2 mencionou também ter “feito pós-doutorado” e se esquecido de relatar anteriormente. Posto isto, as próximas páginas serão dedicadas a análise dos dados, através da exposição de fragmentos das entrevistas e, por meio deles, haverá a tentativa de responder se “Há um “silêncio” do discurso sobre a questão da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro?”, problema de pesquisa já exposto no capítulo 1.

## 8.2 Os discursos

Este tópico utilizará os fragmentos que mais chamaram a atenção da autora referente as seis entrevistas, a fim de responder o problema de pesquisa, com base no referencial teórico. Para isso, se pretende também identificar se os métodos utilizados possibilitaram subsídios para o alcance dos objetivos propostos no início da pesquisa.

Desta forma, a análise se iniciará com a pergunta quatro do eixo 1 “O(a) sr(a) lembra se em sua formação a questão da biblioteca prisional foi discutida em algum momento? Se sim, de que modo?” que foi elaborada a partir do pensamento de que os docentes já estiveram no lugar de discentes, e na tentativa de compreender se os mesmos tiveram contato com a temática de biblioteca prisional em suas formações enquanto bibliotecários. Sobre isso, quatro respostas foram selecionadas.

A Docente (UFRJ) 1 possui formação pela FEFIERJ que é uma das titulações que precederam o que se conhece hoje como a UNIRIO, pois essa transição só se deu em 1979, quatro anos após a sua formação, conforme é citado por Russo (2010) no capítulo 3, e com relação as disciplinas, se visto por uma perspectiva do contexto de criação do curso que surgiu sob o controle de Portugal, com sua formação pensada para formar profissionais designados à atuarem na Biblioteca Nacional, se pode entender o contexto teórico mencionado pela professora:

Docente (UFRJ) 1 - Não, nunca tive. Na minha época a Biblioteconomia era muito, muito, muito diferente do que a gente tem hoje, a tecnologia nem passava perto, 74 isso nem existia. Havia duas disciplinas... tô falando aí com foco no nosso curso que

tem gestão... o curso à época eu me lembro que havia uma ou duas disciplinas voltadas para gestão, vamos dizer... que à época falava administração de bibliotecas e não tinha assim, nem relação a outros tipos de biblioteca, você não trabalhava biblioteca escolar, universitária, prisional... era o conteúdo bem teórico, entendeu? E de uma forma bem geral.

No discurso da Docente (UFRJ) 2 já se identifica um contato com a temática prisional enquanto ela cursava a graduação, chamando atenção o fato de que a formação dela enquanto bibliotecária não se deu no estado do Rio de Janeiro que norteia a população escolhida para este estudo, além do seu título de bibliotecária ter sido obtido já nos anos dois mil, o que desperta a ideia de que talvez o tema possa estar presente nas Escolas de Biblioteconomia de outros estados, mesmo que o contato da entrevistada não tenha ocorrido em disciplinas de seu curso de formação. Outros fatores presentes em seu discurso é o “pavor” esboçado por sua mãe que revela o estigma social que o contato com a prisão trás, e o corte de verbas que é uma das dificuldades enfrentadas na área de maneira geral:

Docente (UFRJ) 2 - Em disciplina que eu me lembre não, mas na época que eu tava na graduação, no Rio Grande do Sul tinha uma bibliotecária, eu nem me lembro o nome dela, mas ela falava sobre biblioteca prisional, então todo conselho que tinha de Biblioteconomia, ali mesmo na faculdade, sempre chamavam ela... Então foi um momento que no Rio Grande do Sul a biblioteca prisional acabou entrando em pauta assim... e... e aí eu me interessei muito naquela época, e aí eu queria fazer um estágio com ela, e aí beleza, né, eu conversei com ela, feliz da vida para fazer o estágio... minha mãe apavorada... risos, mas enfim né... ia fazer o que? [...] E aí, quando eu ia iniciar o estágio com ela, cortaram a verba porquê... eu não lembro, mas acho que era uma prisão estadual que ela trabalhava, e aí cortaram a verba pra estágio e ela não pôde contratar, ia ser a primeira vez que ela ia ter uma estagiária e eu estava toda feliz, mas enfim... acabei não podendo atuar com ela. Foi ali que eu conheci e isso foi ali em dois mil e pouquinho, início dos anos dois mil.

Já a Docente (UFF) 1 que também possui formação fora do Rio de Janeiro e igualmente a partir dos anos dois mil, ressalta ter tido contato com a biblioteca prisional somente em seu doutoramento, apontando que o assunto não é abordado na área, o que em relação ao que foi identificado com a fala da docente anterior, demonstra que talvez haja um problema na difusão dos discursos sobre o tema no país, ou reforça a teoria de que existam poucos discursos:

Docente (UFF)1 - Não teve. Não. Eu acho que... me lembro de... eu ouvi falar desse tipo de... biblioteca... acho que eu já estava no... doutorado... hum... porque não é um assunto assim... que a gente... aborde. Imagina há quase 10 anos atrás... menos ainda.

A Docente (UFF) 2 concluiu a graduação em 2004, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que é uma das universidades abordadas e apesar de não se recordar de disciplinas sobre o tema, ela menciona alguns contatos ao longo de sua formação, chamando a

atenção o desejo de sua colega de graduação em estudar sobre o tema e novamente o estigma presente em relação ao local onde a biblioteca prisional está inserida é mencionado. A professora também traz em seu discurso a percepção de uma falta de materiais sobre o tema:

Docente (UFF) 2 - Então, eu não me recordo de ter estudado a respeito de bibliotecas prisionais. Não tive nenhuma disciplina que abordasse essa temática. Eu lembro disso ter sido debatido, agora não me lembro se foi em algum evento do tipo ENEBD [...] eu me lembro também que tinha uma colega de turma [...] ela queria trabalhar... fazer o TCC dela sobre bibliotecas prisionais. [...] e tinha-se na época, não sei se hoje ainda é assim, mas tínhamos pouquíssimo material a respeito. O que eu tive um pouco mais de contato foi, se não me engano, no mestrado... que tinha uma colega que era professora e aí ela atuava no Complexo de Gericinó. Ela falava da biblioteca de lá, de como tinha sido a aprovação dela no concurso e que ela tinha ficado muito feliz, mas quando foram ver o endereço de onde ela iria atuar... uma biblioteca dentro de um presídio, foi um alvoroço danado dentro da família.

A segunda pergunta selecionada é a número cinco “O(a) sr(a) já teve algum interesse em estudar ou trabalhar com essa temática?”, ainda em relação ao eixo 1, e possui o intuito de servir de auxílio ao objetivo específico “a) compreender qual o olhar das Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro sobre a questão da biblioteca prisional”. Três respostas foram selecionadas na tentativa de identificar se há interesse por parte dos docentes.

Sobre esta questão, a Docente (UFRJ) 1 mesmo atuando na área há mais de quarenta anos, conforme é mencionado por ela, relata que o único contato com a temática ocorreu a partir da participação em uma banca de trabalho de conclusão de curso de um aluno da instituição onde atua e relaciona essa “ausência” com o seu currículo focado em bibliotecas universitárias:

Docente (UFRJ) 1 - Não, o único convite... até quando você me fez esse convite, eu me lembrei que há uns anos atrás eu participei da banca de TCC de um aluno, não me lembro o nome... em que ele tratava das questões de bibliotecas prisionais. Então foi assim, a minha única experiência foi essa porque a minha trajetória como bibliotecária sempre foi com a biblioteca universitária, né, eu me formei em 74 e em 75 eu comecei a trabalhar na UERJ e só saí de lá quando eu me aposentei, então todo o meu universo de trabalho, vamos assim dizer, sempre foi com a biblioteca universitária e a minha única experiência, se é que eu posso chamar de experiência... pelo menos de um contato mais próximo foi participar da banca desse aluno lá do curso.

A Docente (UFF) 1 afirma trabalhar com a temática na disciplina “Introdução a Biblioteconomia” que leciona no curso de Biblioteconomia da UFF e diz que essa exposição se dá ao expor os tipos de bibliotecas, mencionando também uma iniciativa de possibilitar que os alunos tenham diálogos sobre o tema, trazendo pessoas que são referências da área, como é o caso da Bibliotecária Cátia Lindemann:



Docente (UFF) 1 - Então... risos... assim, na minha disciplina de “Introdução a Biblioteconomia” eu trabalho, né, porque a gente fala sobre os tipos de bibliotecas e eu falo também sobre a biblioteca prisional. Principalmente o trabalho da Cátia Lindemann, né... então ela... junto com uma outra professora, a Jaqueline Cabral... a gente trouxe... é... ela... a Cátia Lindemann aqui na UFF para poder conversar com os alunos, fazer trocas... é... sobre o trabalho dela e foi bem produtivo.

Docente (UFF) 2, apesar de explicar não ter estudado sobre bibliotecas prisionais de forma específica, demonstra um conhecimento sobre o tema e mesmo que não mencionado diretamente, é possível notar que há um certo interesse por parte da entrevistada, através das experiências que são lembradas por ela. O que chama atenção é o que ela relata em relação aos discursos proferidos na “live” e pela “professora”, onde a docente relaciona que ambos comentam sobre “os livros” e o “cuidado com o acervo”, o que remete ao que é dito por Pollak (1989) sobre o imaginário social que reforça sentimentos de pertencimento ao dizer o que é ou não comum a um grupo, lembrando o local ao qual essas bibliotecas pertencem e a manutenção do poder institucional que dita quais informações esses usuários podem acessar:

Docente (UFF) 2 - Então... eu nunca estudei especificamente essa temática. Ainda no mestrado eu participei de um grupo de pesquisa, mas aí já não era prisional... era mais voltado para as pessoas de [...] eram pessoas que estavam cumprindo pena, digamos assim, mas elas não poderiam estar em um presídio comum por questões psicológicas [...] é o Hospital Heitor Carrilho, é um manicômio judiciário... Isso mesmo, Manicômio Judiciário Hospital Heitor Carrilho... e aí nós tínhamos um grupo de pesquisa, nós estávamos pesquisando o arquivo deles. Eu não me lembro do escopo específico... lembro de ter ido à campo, fizemos um trabalho de campo [...] lembro que nós fizemos um seminário junto com o pessoal da secretaria de educação prisional [...] o nome do seminário é “Desinstitucionalização no Heitor Carrilho: Políticas, Impasses e construção de memória” ... É SEAP, o nome correto é SEAP [...]. Eu já vi recentemente umas “Lives” que citam essa questão, ontem mesmo assisti uma do Cristian Brayner em que ele falava sobre a questão da remição de pena a partir da... é... do número... ele estava... ele menciona, na verdade, alguns projetos de lei que estão tramitando e que envolvem essa questão do livro, leitura, literatura e bibliotecas e também falou da lei da universalização das bibliotecas. Enfim, me lembro dele falar dessa questão que precisa ainda ser debatida e finalizada, a respeito da remição de pena do preso a partir das leituras, do quantitativo de livro que... e aí eu me lembro dele comentar também a respeito de “que livros são estes” que estão sendo postos lá para esses presos terem acesso. Lembro também que essa professora que fez essa pesquisa na época do meu mestrado... e aí eu lembro bem dela mencionar da necessidade de se manter muito atenta para não juntar grupos que eram rivais, né, grupos que faziam parte de facções rivais, digamos assim... então “naquela sala e naquele horário eram determinados presos de determinados grupos, não poderiam juntá-los.” Ela era muito respeitada por eles e eu lembro dela falar em relação ao acervo da biblioteca também... é... ela falava, inclusive, “que materiais poderiam estar lá...” não me lembro exatamente sobre os dados, mas lembro dela mencionar o cuidado dos títulos que estariam ali disponíveis. Digamos assim, “um livro que ensinasse a fazer veneno ou bomba”, risos... enfim, tinha que ter um certo cuidado em relação a esses itens, esses títulos... era como se fosse uma política de desenvolvimento de coleções, digamos assim... justamente para evitar que eles tivessem acesso à títulos que fossem... é... danosos... que pudessem causar algum dano, algum prejuízo, não só a eles, mas também aos demais e a sociedade também.

A terceira pergunta é a número um que compõe o eixo 2 “Especificamente em relação à Escola de Biblioteconomia onde o(a) sr(a) atua; possui conhecimento de alguém que trabalhe ou já tenha trabalhado com a temática de biblioteca prisional?” que foi pensada no intuito de fornecer dados que ajudem a se chegar aos objetivos do trabalho, mais especificamente o objetivo “b) identificar a existência de disciplinas e/ou discursos que abordem a temática da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro.” Para isso foram selecionadas três respostas.

A Docente (UFRJ) 2 apesar de citar alguns possíveis discursos em sua instituição de atuação, diz não possuir conhecimento sobre colegas que trabalham com a questão da biblioteca prisional no curso de Biblioteconomia da UFRJ, mas traz um pensamento de que o interesse nasce a partir dos alunos, o que ressalta a importância de os cursos possibilitarem o acesso dos discentes ao tema, até mesmo como uma forma de despertar o interesse e difundir os estudos sobre a área, assim como é feito com outros tipos de bibliotecas, pois de que adianta haver interesse por parte dos alunos se a temática não é oferecida nos cursos ou se há poucos estudos? conforme é também exposto pela professora:

Docente (UFRJ) 2 - Bom, o Robson tem orientado alguns TCC'S né e.... e aí não sei mais a respeito disso. Não sei se a Lúcia tem algum envolvimento, muito por cima talvez... não sei também [...] talvez tenha feito alguma atividade de leitura, eu não sei também, mas assim... alguém que trabalhe com esse tema em pesquisa e tal, extensão, não tem ninguém, não que eu saiba. Acho que o interesse acaba vindo muito dos alunos também, né que despertam o interesse de falar sobre isso e aí os professores acabam trabalhando também. É uma temática que me interessa, mas não trabalho diretamente assim. Agora tô até orientando um TCC que a menina quer trabalhar com.... ela tá começando, né... não com biblioteca prisional, é biblioteca de instituição socioeducativa, mas que é muito parecido né, daí acaba usando o referencial teórico sobre biblioteca prisional que é o que tem. Apesar de pouco, ainda tem alguma coisa, risos.

Já na fala Docente (UFF) 1 a temática da biblioteca prisional é apontada como um tema que é tratado, mas sempre de maneira transversal a partir de outros temas, o que com relação ao objetivo proposto, demonstra que há um movimento de discursos sendo proferidos, mesmo que de forma atravessada. A entrevistada também afirma que o curso não possui pessoas que pesquisam ou trabalhem com o tema:

Docente (UFF) 1 - Sobre biblioteca prisional, não... risos. Não. Sobre biblioteca prisional, não. Assim, eu falo... é.... eu falo sobre a temática, mas na disciplina de “Responsabilidade Social” também que é uma disciplina nova... é.... a gente tem... tem professores que trabalham com a questão de gênero que é até a professora Jaqueline Cabral, mas assim, pesquisas mesmo “nossas” que sejam relacionadas a bibliotecas prisionais, não. Também tem a professora... Suelen Milani, né... que ela trabalha com.... direitos humanos, então entra também essa temática. Assim, a

biblioteca prisional entra sempre como uma temática transversal, não como uma temática principal.

O Docente (UNIRIO) 1 também afirma não possuir conhecimento sobre colegas que pesquisem o tema no curso de Biblioteconomia que leciona e menciona que não existem disciplinas com foco em bibliotecas prisionais, mas assim como a Docente (UFF) 1, ele expõe a existência de iniciativas que abordem o tema, conforme é elucidado através de sua fala sobre possibilitar que os alunos matriculados na disciplina “Biblioteconomia Pública” tivessem contato com o projeto de extensão sobre leitura nos presídios:

Docente (UNIRIO) 1 - É... algum, algum docente com pesquisa no tema eu não tenho conhecimento. O que eu tenho conhecimento, Laryssa, é justamente de uma disciplina que... é... ofertada por mim e pela professora Elisa Machado, é uma disciplina optativa, é... a disciplina de “Biblioteconomia Pública”, tá... e... em algum momento dessa disciplina, principalmente que a gente tá tocando na “leitura como um direito”, a gente toca nesse tema... é... já houve oportunidades em que a gente convidou um docente que é da UNIRIO, mas não é da Biblioteconomia. É um docente da Escola de Letras que tem um projeto de extensão que atua junto aos presídios de leitura... é... “leitura e escrita nas prisões junto aos apenados.” Então assim, a gente convidou esse docente pra uma palestra na disciplina, pra dar uma conversa com a turma, mas foi uma coisa assim... porque naquele momento, naquela disciplina nós estávamos tocando naquela temática. Como eu disse pra você, eu desconheço se... se temos docentes pesquisando... com projetos de pesquisa e extensão no tema... é... em relação a... a menção ao estudo nas disciplinas... aí enfim, né, no projeto político pedagógico não tem nenhuma disciplina que toque no tema, aí isso eu posso te falar, agora se um docente na sua disciplina menciona, é... eu não posso dimensionar também. Agora o que eu posso te falar é que nós temos alguns projetos recentemente, recente que eu digo é desde 2015, é... alguns trabalhos... é... trabalhos de conclusão de curso e você pode ter acesso a esses trabalhos na página da escola de Biblioteconomia que... é... trabalharam com a questão e atualmente... é... se eu não me engano [...] tem uma aluna do mestrado profissional de Biblioteconomia que está pesquisando a temática com orientação da professora Elisa Machado.

Já a pergunta dois do eixo 2 “Em relação ao currículo do curso, o(a) sr(a) sabe se há alguma disciplina que aborde o tema de forma mais específica?” também foi elaborada no intuito de obter dados que possam contribuir com os objetivos que a pesquisa pretende atingir e foram selecionadas duas respostas, sendo importante comentar que todos os seis participantes do estudo informaram não possuir conhecimento de alguma disciplina que aborde o tema especificamente.

Docente (UFRJ) 1 traz novamente um discurso de que o tema é tratado, mas de forma transversal como foi utilizado pela Docente (UFF) 1 em resposta anterior. A professora também expõe uma visão de que algumas competências presentes nas disciplinas que são ofertadas no curso de Biblioteconomia da UFRJ contemplam todo o tipo de biblioteca e talvez

esse discurso seja oriundo de uma perspectiva presente em sua própria formação na graduação em Biblioteconomia que possuía esse pensamento:

Docente (UFRJ) 1 - Não..., mas eu acho que especificamente não. Mas eu acho que ela acaba diluída, vamos assim dizer... em outros temas que são de interesse do curso, aí vou dar o exemplo da minha experiência como professora de disciplinas que eu acho, acho não, tenho certeza, que esse assunto nunca foi abordado diretamente, mas que o conjunto de assuntos tratados dentro dessas disciplinas poderiam... quer ver? O serviço de referência. Quando eu dou o serviço de referência, se eu digo “que a gente tem que ouvir o nosso usuário, que tem que entender o comportamento do nosso usuário, que a gente tem que entender o que ele quer, e não ele dizer,” eu não... pelo menos nas minhas aulas eu não especifico... “Ah, isso aqui é para biblioteca especializada, universitária, comunitária, pública.” Não importa. Esse conjunto, né, de princípios... eles se adequam a qualquer tipo de biblioteca. Então assim, eu não tenho conhecimento se algum professor trata disso de maneira específica, mas eu entendo que cabe, citando os exemplos das minhas, esses princípios que são... é... passados para os alunos.

Ao analisar a fala da Docente (UFF) 1 se notou o trecho “De forma específica, uma disciplina de biblioteca prisional?” que junto ao restante do discurso e com base no que diz Foucault (2014) sobre a disputa da instituição e o poder, demonstra uma fala fundada no poder exercido pela universidade em relação ao que é veiculado em seus locais de poder. A entrevistada também atribui a construção de discursos a formação dos docentes, reforçando um pensamento que a autora já expos anteriormente, porém pelo que já foi traçado com a pesquisa, os professores das Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro não possuem a biblioteca prisional em sua formação. Isso levanta uma outra problemática, pois não há disciplinas sobre o tema porque os professores não possuem formação para tal, mas, ao mesmo tempo, se não há disciplinas/discursos, conseqüentemente essa “falta” que também pode ser entendida como um silenciamento, continuará, pois, os egressos desses cursos também não terão a temática em sua formação:

Docente (UFF) 1 - De forma especí... fica? Risos... não. A gente trabalha com ele de forma transversal... De forma específica, uma disciplina de biblioteca prisional? A gente não tem. É... é até importante que você... para a sua pesquisa também... é... porque um currículo de um... é... um currículo de um curso... eu estudei currículos durante sete anos da minha vida, é uma temática de pesquisa também, e ele depende muito da formação dos professores também. Então, é... eu posso te falar uma coisa... o nosso currículo de três anos pra cá é completamente diferente, exatamente pelo fato de que... que setenta por cento dos professores são professores novos e recém doutores né, então trouxeram suas pesquisas e começaram a reconstruir o currículo. Então... risos... é... nesse caso a gente não tem professores que trabalham com biblioteca prisional não. Não que eu saiba diretamente.

Ainda no eixo 2, com a pergunta de número três “O(a) sr(a) acha que a temática é devidamente discutida na instituição onde atua? Por que? Ao que credita isso?” se pretendeu

obter dados para o problema e os objetivos da pesquisa. Para ela, foram selecionadas três respostas.

Sobre isso, a Docente (UFRJ) 1, diferente das respostas anteriores, reconhece que o tema é pouco explorado em sua instituição e compara com a fala existente sobre outras disciplinas, reforçando a pergunta dessa pesquisa. A professora também afirma que o tema poderia ser tratado em uma disciplina eletiva:

Docente (UFRJ) 1 - Não... é... assim... Nunca passou... pela... é... pela ideia, não me lembro assim... eu já tô na... como docente lá do curso, eu comecei junto com a primeira turma, então eu tô lá... em 2006 foi a primeira turma, eu tô há mais de 10 anos. Não me lembro... hum, de nenhum tipo... de... de discussão que tenha tido ou de... de falar sobre essa questão. Mesmo quando a gente trata de outros tipos de biblioteca, se a gente for analisar, “ah, mas tem cursos para bibliotecas...” é... “tem temas para bibliotecas públicas, universitárias, comunitárias.” Eu não me lembro, que eu tenha conhecimento que isso fosse ventilado em algum instante. Poderia ser, né... talvez num curso, é... numa... numa disciplina eletiva, entendeu? Ou... ou talvez dentro de uma disciplina, aquela... é... “Biblioteca, Informação e Sociedade.” Eu... durante alguns anos, eu ministrei essa disciplina, mas quando aumentou o número de professores essa disciplina passou a ser ministrada pela professora Lúcia Fidalgo. Então assim, eu não tenho nenhum conhecimento sobre isso.

A Docente (UFRJ) 2 que também faz parte do corpo docente do curso da UFRJ afirma que o tema deveria ser mais debatido em sua instituição e a sua fala pode ser analisada com a relação entre a memória subterrânea e a memória coletiva expressa por Pollak (1989), neste sentido a memória coletiva está representada pelas tecnologias e a memória subterrânea são os públicos “à mercê” que acabam excluídos, pois não conseguem acesso a elas:

Docente (UFRJ) 2 - Eu acho que é pouco discutida. Assim... e não que seja, sei lá... hum... porque as pessoas não se interessam... talvez seja, mas enfim... eu acho que de modo geral toda a questão relacionada a Biblioteconomia que envolve públicos que tradicionalmente ficam à mercê, assim... da... dos serviços de biblioteca, de informação, de cultura... acabam não sendo tão discutidos, mas... o prisional, especificamente. Eu acho porque atualmente, assim... se fala muito em biblioteca comunitária, tem muita biblioteca comunitária e se fala mais nisso, então... muitas bibliotecas prisionais ainda tão... ainda tem muita pouca discussão, né, e também acho que a gente tá num momento em que se fala muito no uso das tecnologias de ponta e enfim... internet, mídias sociais e tal. Aí entra questões, não só de organização da disseminação da informação e tal... e acho que ok, é importante, mas essa discussão acaba deixando de fora uma população, uma parte muito grande da população brasileira que não tem acesso à internet, uma população que... e digamos que o público de prisões, claro que assim... risos... a gente sabe que tem celulares e essas coisas, mas a maioria fica sem acesso a informações diversas. Então acho que... eu pessoalmente acho que é um tema que deveria ser mais debatido.

O discurso da Docente (UNIRIO) 2 em relação a essa pergunta também afirma que há um silêncio de discussões sobre a temática e menciona algo que também já foi exposto por outros entrevistados em outras perguntas de que “falta” espaço/tempo para tal, mas apesar

disso a professora afirma algumas questões abordadas no referencial teórico, principalmente sobre o estigma da prisão:

Docente (UNIRIO) 2 - Não, eu acho que não é discutida. Acho que a gente... então, a gente não tem tempo de... de... abrir essa discussão porquê... é.... né... humanamente é impossível, entendeu? Então por mais que é.... é.... assim... nós temos, teríamos que ter muito mais pesquisa e muito mais gente formada também em Biblioteconomia. As pessoas falam né, “olha não tem bibliotecário/bibliotecária em todo lugar”, mas a gente tem tão poucos bibliotecários ou não tem... é.... é.... não tem pesquisas sobre determinado assunto, então a gente tá desenvolvendo, você pensa assim “ah, biblioteca escolar” que é tão... é tão... antiga e já devia ter tanta gente, mas ainda tá desenvolvendo, então biblioteca especializada, biblioteca pública, todas elas precisam. Aí como a biblioteca prisional acaba sendo uma ramificação da falta de... mercado de trabalho que é um problema, então toda... todos aqueles campos que o mercado de trabalho não abre espaços a.... a universidade acaba seguindo e também acaba seguindo meio que... a entonação do mercado, o que é péssimo porque a gente nunca forma pessoas pra atuar nesses espaços especiais, né... então pra trabalhar com pessoas com deficiência, pra trabalhar com... mesmo biblioteca escolar, ninguém mais fala em biblioteca escolar, ninguém mais fala porque num.... não tem emprego... ninguém quer, né? Com relação a biblioteca prisional é pior ainda porque além de não ter emprego as pessoas têm medo, as pessoas têm preconceito, né. Uma coisa é o medo, outra é o preconceito e... e só essas três coisas já faz com que “ih, vamos deixar esse assunto pra depois”, entendeu? E daí não se discute.

A última pergunta elaborada para o eixo 2 é “O que o(a) sr(a) acha da temática “biblioteca prisional” na formação dos estudantes de sua instituição? Há alguma maneira específica que o(a) sr(a) acredite que este tema deveria ser trabalhado?” e foi feita na tentativa de compreender o olhar dessas escolas sobre a biblioteca prisional, conforme consta no primeiro objetivo da pesquisa e foram selecionadas três respostas.

A Docente (UFRJ) 2 acredita que os cursos devem trabalhar com as bibliotecas prisionais na prática e traz uma fala parecida com o que é citado por Carvalho (2019) no capítulo 4 sobre políticas públicas para a criação desses espaços. A entrevistada também fala sobre ressocialização e a prisão como um castigo e quando analisados com base no sistema de exclusão “separação e rejeição” de Foucault (2014) se confirma que há uma separação social em relação a essas pessoas:

Docente (UFRJ) 2 - Eu acho que sim. Acho que... não só no curso, como na Biblioteconomia de forma geral... assim... mas aí o curso talvez o que devesse, pudesse ser feito, aí falo até de mim mesmo... não só discussões e tal, mas assim... se trabalhar diretamente com presídios mesmo. Assim, quem é que pode criar políticas públicas e.... e talvez até uma cultura melhor de bibliotecas em prisão se não os cursos de Biblioteconomia? Claro que assim, tem toda a classe de bibliotecários, tem conselhos, mas na universidade em que a gente trabalha com ensino, com extensão e com pesquisa... eu acho que é uma coisa que é importante, que deveria e se deve talvez buscar outras coisas, buscar parcerias... assim... entrar né, levar a Biblioteconomia para dentro dos presídios. É claro que nesse momento de pandemia não tem muito o que fazer, mas acho que é uma coisa que precisa muito ser feita, apesar de todas as dificuldades que eu acho que envolve porque não existe muito

interesse, não digo nem só governamental, mas de... uma... classe média assim... de modo geral, a população como um todo. Não é muito pensado que a pessoa pode ser ressocializada ne, acho que no Brasil se tem a ideia, não sei se só no Brasil, mas é onde minimamente eu posso falar... que é de que a prisão é castigo. Se tem pouco a ideia do sistema prisional [inaudível] não só governamental, mas também da sociedade. Eu acho que é muito importante na Biblioteconomia porque a informação e a leitura é uma porta pra inclusão, não gosto muito desse termo inclusão, mas enfim... pra que as pessoas possam ter a acesso a se conhecer, a se encontrar e exercer a sua cidadania como indivíduo e ter a possibilidade de crescimento enquanto ser humano e de entendimento de si e do seu meio social, não que a leitura seja só para aprender, mas é uma... o contato com a literatura ajuda a gente a se entender, a entender as emoções... então acho que é muito importante para a Biblioteconomia de forma geral e a formação de Biblioteconomia da UFRJ deveria contemplar sim e ser mais atuante como uma forma de tentativa de mudança de mentalidade também em relação a essa questão.

A Docente (UFF) 1 assim como nas respostas anteriores, expõe o pensamento de que o tema deve estar presente nos currículos de forma transversal e através de disciplinas que englobem outros temas, o que se pode relacionar com pensamento de identidade nacional de que fala Ferreira (2015, e atribui ao fato de que “inflaria o currículo” acrescentando também que cada curso possui uma identidade, remetendo a uma memória institucional:

Docente (UFF) 1 - Assim... é... Enfim, agora falando como quem estudou currículo, tá? Não tem... assim... durante muito tempo o currículo da Biblioteconomia, inclusive aqui no Brasil, ele pensava em formar bibliotecários pra tipos de bibliotecas, né, então você tinha ali, “ah, vamos formar para a biblioteca prisional, pra biblioteca médica, pra biblioteca da física” ... geralmente o pessoal queria formar para a biblioteca médica que era o negócio que dava dinheiro, risos... só que o campo informacional, em Biblioteconomia, em específico... ele é... é... amplo. Então, se a gente for ficar formando para bibliotecas... especificamente para aquilo... vai acabar que o aluno... num... não vai trabalhar naquele ambiente específico. O que eu acho é que essas temáticas elas têm que entrar de uma forma transversal no currículo, isso sim eu acredito. Acho que o nosso currículo, ele precisa ter um... um... que é aquilo que o professor Rendon lá do México fala, “tem que ter um núcleo duro”, que são aquelas disciplinas que fazem que as pessoas saibam o que é aquela área...tá? é... e aí trabalhar com as temáticas de uma forma transversal, mas não dá pra gente ficar colocando... porque imagina só, quantas bibliotecas a gente não teria que tá criando uma disciplina diferente para aquilo, né? Então, assim... eu acredito muito que essa disciplina... esse conhecimento... de biblioteca prisional, ela pode tá contida numa disciplina de serviço de referência, por exemplo, né? Eu trabalho muito com os aspectos da população em situação de rua, então eu insiro lá na disciplina de serviço de referências também, “biblioteca prisional” a gente fala um pouco também na disciplina de responsabilidade social, questões de gênero também... e aí vai... Mas, assim, “pensar em uma disciplina específica pra ela?” Não. Inflaria muito o currículo e aí, e pensando muito assim na questão de currículo... tem também uma identidade daquele curso em si, sabe? É importante? É importante, mas também a gente pode pensar nesses assuntos de forma transversal também [...].

O discurso da Docente (UFF) 2 reconhece que ainda há um silêncio sobre a biblioteca prisional nos cursos de Biblioteconomia e afirma uma questão que já foi mencionada pela autora e abordada por outros docentes, de que se faz necessário que se fale sobre o tema para

que haja uma mudança através da ampliação de discussões. Se pode relacionar também com a ação biblioteconômica de que fala Carvalho (2019), sobre lutar por políticas públicas e bibliotecas prisionais nesses espaços:

Docente (UFF) 2 - Olha, eu acredito que deveria sim, sabe? Assim como as bibliotecas públicas e as escolares, e as comunitárias [...] eu acho que é importante. É um lado social da nossa profissão que muitas vezes acaba não sendo... é... debatido na universidade e isso de certa maneira tem um impacto, tem uma consequência né... de... de ser um ambiente pouco procurado, digamos assim, pelos bibliotecários para atuarem e não só pouco procurado porque muitas vezes a gente nem tem noção desse espaço de trabalho, como, principalmente lutar por políticas públicas que implementem unidades, bibliotecas, né... unidades de informação nesses espaços de forma a possibilitar que essas pessoas tenham um caminho, digamos assim. A gente também não vai impor, né? Não é só o fato de que “ele vai ler” que ele vai se transformar numa “boa pessoa”. Eu não sou psicóloga nem psicanalista, mas o pouco que eu entendo, não vejo bem dessa forma... mas pelo menos mostrar que existem outros caminhos, digamos assim. Não só a violência, não só o crime organizado, mas que talvez através da leitura, essas pessoas possam encontrar outro caminho e transformarem as próprias histórias, as próprias vidas.

Quanto as perguntas do eixo 3 é importante destacar que todas as três foram elaboradas com a finalidade de se chegar ao objetivo “b) identificar a existência de disciplinas e/ou discursos que abordem a temática da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro” e por vezes elas se complementam. Com relação as respostas, os seis professores demonstraram não possuir conhecimento sobre discursos existentes nas outras instituições, sendo assim, foram selecionados os fragmentos que talvez possam servir de base para a análise e alcance do objetivo proposto e eles serão expostos junto as perguntas que foram feitas para cada entrevistado.

A Docente (UFRJ) 2 cita alguns possíveis nomes que possam vir a trabalhar com a temática de biblioteca prisional na UNIRIO e diz não possuir conhecimento em relação a UFF:

Laryssa - Em relação às demais escolas de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro, a UFF e a Unirio, a sra. possui conhecimento de alguém que trabalhe com este tema?

Docente (UFRJ) 2 - Biblioteca prisional exatamente não sei, mas sei que por exemplo, na Unirio tem a Elisa Machado que trabalha com Biblioteconomia humanitária, biblioteconomia mais social, com essa ideia de a Biblioteconomia chegar até pessoas que originalmente não iriam até a biblioteca. Ali também tem... como é que é o nome dele que trabalha também muito junto com ela? O... esqueci o nome... mas tem textos dele, deles também sobre biblioteca humanitária, o... o Calil. Não sei se eles trabalham com biblioteca prisional, mas é o mais perto que eu conheço e da UFF? Hum... não sei.



Com relação aos currículos das instituições de Biblioteconomia presentes no estado do Rio de Janeiro, a Docente (UFF) 1 afirma não possuir conhecimento, mas ressalta a questão do “currículo oculto” e diz que é nele que se sabe o que é realizado em sala de aula, o que também justifica a escolha da coleta de dados por meio de entrevista, pois um dos objetivos propostos consiste em identificar a existência de discursos nessas escolas:

Laryssa - Em relação aos outros currículos, a sra. sabe se a temática é discutida, como ela é discutida?

Docente (UFF) 1 - Também não.... Pode ter, entende? É como eu digo... a questão do conhecimento curricular... assim... tem muita coisa... você tem o currículo prescrito que é aquele que tá ali na tua mão que você pode ler e pegar e fazer a pesquisa... e você tem o currículo oculto da escola, ou seja, que é aquilo que realmente se faz dentro de uma sala de aula, né... e geralmente a gente só tem acesso ao currículo prescrito porque quem tem acesso ao currículo oculto é quem tá... são os sujeitos ali daquele processo, né. Então...

Já o Docente (UNIRIO) 1, assim como as cinco entrevistadas, também afirma não possuir conhecimento sobre discursos, disciplinas e/ou pesquisas nas outras instituições cariocas:

Laryssa - Se o sr. conhece alguém dessas instituições que não necessariamente está atuando hoje em dia, mas que já trabalhou e hoje atua nessas instituições?

Docente (UNIRIO) 1 - Objetivamente não, Laryssa. Eu sei que por exemplo, né, botando um pouco na questão das disciplinas, né... que vocês na UFRJ têm uma disciplina que trabalha a relação de cultura e sociedade, não sei dizer o nome... sei que o mesmo ocorre na UFF, mas objetivamente professores que estejam pesquisando essa temática, não, mas isso também não passou no meu horizonte então se tiver eu não teria como te responder.

A primeira pergunta elaborada para o eixo 4 é “Qual é a opinião do(a) sr(a) sobre a existência de bibliotecas dentro de prisões? Qual é a importância da biblioteca para o detento? Qual é a importância da biblioteca para o profissional bibliotecário?” que está relacionada com o objetivo específico “a)” deste trabalho. Três respostas foram escolhidas para essa pergunta.

A Docente (UFRJ) 1 responde que ao se atuar em uma biblioteca prisional as técnicas da Biblioteconomia não devem sobressair ao olhar humanista, reforçando o que é citado sobre a experiência de Lindemann (2016) em relação a isso e apesar de demonstrar não possuir familiaridade com o tema nas perguntas anteriores, ela possui consciência de que é um espaço onde o bibliotecário deve possuir um olhar “voltado ao usuário”:

Docente (UFRJ) 1 - É, eu tenho assim... é... volto as minhas disciplinas, né, somente a de serviço de referência. Eu acho que a preocupação, não vou chamar de preocupação... ao atuar como bibliotecário em uma dessas instituições há de se ter um olhar menos técnico, é... muito mais humanista. Eu fico pensando, me

colocando no lugar né... que são pessoas que por algum motivo, aí ninguém vai discutir o motivo, mas que por algum motivo estão lá e a essas pessoas eu entendo que a biblioteca ela tanto poderia atuar como lazer, é... um espaço de entretenimento, um espaço de lazer... como um espaço de aprendizado... Eu não sei, como eu disse a você, eu não tenho nenhum conhecimento de causa, mas eu tenho a impressão e, somente, a impressão que muitos desses espaços acabam sendo delegados a um plano... um plano qualquer lá que não é prioridade. Então a esses espaços, então a organização desse acervo, o tipo de material, o tipo de livro, o tipo de fonte de informação ele teria que ter uma estrutura que atendesse aquele preso, que atendesse aquele usuário e que não ficasse restrito apenas ao empréstimo e devolução de livros porque como eu disse a você, eu imagino que em uma situação dessa, o preso, a situação prisional né... a gente tem perfis completamente diferentes, a gente tem desde um preso que mal sabe ler e escrever até pessoas com uma escolaridade melhor. Então, com isso, se a gente se... se... fixa só na técnica... “Ah, eu aprendi que eu tenho que organizar um acervo assim, assim e assim, de acordo com os cânones da Biblioteconomia” ... tudo bem. Mas a gente não pode esquecer esse outro lado, é... de estimular a leitura, de entender o que que aquele usuário realmente tem, muitas vezes ele pode se sentir constrangido por ter alguma dificuldade, algumas atividades que poderiam provocar, vamos dizer assim, a vontade de ler, então vamos dizer assim, que é um público muito especial, mas me preocupa, se é que eu posso usar essa expressão... que o bibliotecário fique preso às técnicas. Em determinada situação as técnicas têm que ficar meio de lado e a gente atuar mais como pessoa pra pessoa.

Na fala da Docente (UFRJ) 2 sobre a importância da biblioteca prisional para o bibliotecário se pode notar o que diz Vergueiro (1988) no capítulo 1 sobre a biblioteca como um instrumento de mudança social e não dependente de informações aprovadas pela sociedade. A professora também considera importante que a biblioteca atue como mediadora de informações para o detento e não somente como um “depósito de livros” ou uma obrigação:

Docente (UFRJ) 2 - O pouco que eu conheço... de bibliotecas nas prisões acaba sendo uma coisa muito mais... operacional assim... “se ler tantas horas ou tantos livros”, sei lá, “ganha um dia de redução de pena”... uma coisa muito moeda de troca e muito “sala de livros”, pelo pouco que eu vejo e pelo pouco que eu conheço é muito pela literatura, apesar de eu não lembrar muito dos nomes dos autores eu acabo fazendo um levantamento pra ver o que é que existe assim... E... e sim, né... Acho que é totalmente essencial para os detentos que exista bibliotecas em prisões e não só pela ideia de que “ah, tá. Lá tem uma sala com livros”, mas a biblioteca como mediadora de informação e de conhecimento e de acesso a informações que sejam, sei lá... que sejam úteis e que sejam de interesses e a leitura como lazer também, a leitura simplesmente pela leitura, mas é um pouco essa ideia que eu tinha falado antes, dessa importância que eu vejo da leitura como forma de contato com o próprio eu e com o mundo também, né. Pra mim é como se a leitura se a leitura me colocasse em contato como meu eu e me colocasse em contato com o todo assim... ah... é quase como uma experiência espiritual. Mas enfim, é aquela coisa de um entendimento da sociedade, de um entendimento de um contexto... uma forma também de aprender a lidar com emoções, com sentimentos. Eu acho também que a leitura e o acesso à informação têm uma importância gigantesca para o desenvolvimento do ser humano e assim... pro desenvolvimento da pessoa enquanto um ser social também. Pros bibliotecários acho extremamente importante também e necessário, acho que talvez sempre tenha sido assim, mas acho que existe essa crise da biblioteconomia sobre qual o papel do bibliotecário na sociedade, qual o papel das bibliotecas, pra que serve a Biblioteconomia? E eu entendo que esse papel é o de

informação, de levar informação pra população e não ser uma instituição elitizada ou fazer com que os que tem interesse que vão até ela e aí isso vai muito do profissional bibliotecário de... enfim... de fazer com que a informação vá até ela... de fazer essa mediação, de fazer com que a informação chegue a todo mundo... então acho que é essencial porque é o papel da Biblioteconomia na sociedade e é uma função que está sendo deixada de lado... por todo mundo, né... inclusive por mim, pela Biblioteconomia como um todo.

Para a Docente (UNIRIO) 2 é determinante a existência de bibliotecas prisionais para que sirvam como um auxílio as pessoas em privação de liberdade e ressalta a importância do papel social do profissional bibliotecário ser colocado em prática:

Docente (UNIRIO) 2 - Eu acho, tenho certeza que sim [...]. Eu acho determinante, determinante porquê... é... o sistema prisional já é muito cruel, a situação deles e delas, das mulheres é pior ainda, é muito cruel, é muito, muito, muito... eu tenho conhecidos que estão em situação de reclusão e... e... sei o quanto que a possibilidade de aprender a ler, de... é... de um momento, um momento, uma leitura pode fazer diferença pra essas pessoas, então assim... eu acho que assim... pensar, né, qual que é a função do bibliotecário, né? Eu acho que assim, o bibliotecário ele tem que pensar... assim... sabe? Pra melhorar a qualidade de vida da sociedade, mesmo que seja numa biblioteca especializada de física nuclear, mesmo que seja numa biblioteca do Banco Central do Brasil, né, então... um pouco dessa ideia de melhorar, democratizar e formar pessoas né... então é um espaço de vulnerabilidade, se a minha preocupação com a favela, com as pessoas que tão na periferia das cidades é muito grande... é que eu não dou conta de chegar num presidio, eu já parei por aqui, risos. Acho determinante, é muito importante. É engraçado como a gente, a gente não dá... não tem, tem muito pouco.

A segunda pergunta do eixo quatro também foi destinada ao objetivo específico a) sendo ela “O(a) sr(a) entende que esse tema é importante para a Biblioteconomia de forma geral? Por que?” e foram selecionadas três respostas.

Sobre essa pergunta a Docente (UFF) 2 diz considerar o tema importante e demonstra dúvidas em relação a existência de leis sobre bibliotecas prisionais, como é o caso da Lei de Execuções Penais – LEP – nº 7.210, de 11 de julho de 1984, o que reafirma a importância de que se fale sobre isso nos cursos de Biblioteconomia. Ela também defende a necessidade de aplicação das leis e chama a atenção para o preconceito existente também na própria área sobre a biblioteca prisional:

Docente (UFF) 2 - Acredito que sim. Até para que nós possamos unir forças e lutarmos, trabalharmos juntos pela criação de políticas públicas que criem esses espaços, essas bibliotecas dentro das prisões. Se eu não me engano já tem lei de obrigatoriedade de se ter biblioteca dentro de prisões, eu tenho quase certeza de que já tem isso, mas pode ser que por causa daquelas questões de que se tem a lei, mas ela ainda não foi efetivamente regulamentada. Nós vemos aí com as leis da regulamentação das bibliotecas escolares que a lei existe e agora em maio ela já venceu, então ela já está efetivada, mas nós vemos assim, né... nos últimos dez anos, desde que ela foi criada em 2010, nós não tivemos é... o... o trabalho efetivo para a criação desses espaços. Digamos que ainda tem também uma visão negativa desses espaços, digamos que os estudantes, o bibliotecário... ainda enxerga... nós de forma

geral, ainda enxergamos as bibliotecas prisionais, comunitárias... e até as escolares, talvez em menor grau, mas ainda enxergamos como espaços “ah, não é uma universitária, né?”, “não é uma especializada”, “não está em uma grande empresa, uma multinacional”, enfim... acho que ainda tem um pouco disso e talvez por isso também nós não temos tanta pesquisa nessa área, em especial a biblioteca prisional.

Para o Docente (UNIRIO) 1 o tema é importante de ser apresentado aos estudantes para que desperte interesse nos mesmos e assim eles possam decidir se irão trabalhar ou não com ele, reforçando uma questão que foi levantada em uma pergunta anterior onde surgiu o questionamento do interesse dos alunos sobre o tema:

Docente (UNIRIO) 1 - Sim porque... enfim... quando a gente tem debate sobre o tema, quando a gente conversa sobre o tema, a gente oferece elementos para que os estudantes... é... possam navegar por esses campos. Se eu promovo um evento sobre bibliotecas prisionais na minha instituição e convido a Cátia Lindemann pra vir trabalhar, pra vir participar neste evento eu tô mostrando aos estudantes “olha, pra quem quiser trabalhar com essa questão ela é importante, ela é interessante e ela existe”, então eu considero que sim já que se a gente acredita ou pensa a biblioteca como uma instituição que tem uma função na sociedade e essa função está ligada ao acesso à leitura, à cultura, à educação e a garantia de direitos, ela se coloca como importante.

A Docente (UNIRIO) 2 afirma ser importante para que ocorra a “ressocialização” das pessoas e aponta que a biblioteca pode contribuir para que os egressos do sistema prisional não retornem para ele, mas para isso se deve haver projetos e a garantia do funcionamento da biblioteca:

Docente (UNIRIO) 2 - Sim. Pra humanizar inclusive as pessoas, né, como é que ele vai entender? E aí eu falo pras pessoas... eu tô falando da biblioteca pública, aquela pessoa que tá lá muitas vezes ela tá saindo da prisão ou daqui a pouco ela vai entrar na prisão, ela precisa daquele espaço de apoio, as bibliotecas hoje cada vez mais elas são espaços de apoio para as pessoas e a sociedade, então é determinante que hajam bibliotecas em todos os presídios e não só uma biblioteca, não é biblioteca... esse projeto de remição de pena ele é interessante, mas precisamos ter mais e não é biblioteca assim com doação, sabe? Não. Tem que ser com livros adequados, com acervo comprado.

A questão “O(a) sr(a) diria que os profissionais bibliotecários formados no estado são capacitados para atuarem em bibliotecas prisionais?” foi a última elaborada para o eixo 4 com o intuito de contribuir para que se responda o problema de pesquisa, sendo também a última pergunta feita a todos os entrevistados. Para ela também foram selecionadas três respostas.

Quanto a última questão, a Docente (UFRJ) 2 diz que de forma geral os egressos dos cursos de Biblioteconomia possuem formação para atuarem em qualquer tipo de biblioteca, mas chama a atenção para o desejo de se trabalhar em um ambiente prisional que geralmente é despertado em pessoas que possuem interesses em temas mais humanísticos. A professora

também ressalta que há um “elitismo” na área, o que é também citado por Lindemann (2017) ao relatar o preconceito que encontrou na própria academia ao colocar o discurso social em prática:

Docente (UFRJ) 2 - Olha, capacitados? Eu acho que sim. Eu acho que... de modo geral os cursos de Biblioteconomia dão uma base de formação que possibilita o recém-formado a atuar em qualquer tipo de instituição, basta querer. Agora a parte mais complicada é que... talvez falte, né? Questões relacionadas à segurança, né? Quem são as pessoas que se dispõem a trabalhar em uma instituição prisional ou até mesmo em uma biblioteca dentro de uma favela violenta, né? Geralmente são aquelas que... aí... que tem, sei lá... uma coisa meio “revolucionária”, de mudar o mundo... porque acaba que é um risco, acaba sendo um risco. Então quem é que acaba se colocando em risco para, de certa forma, fazer o que acredita, né? Porque essa é uma questão... mas acho que capacitados sim, mas não sei se é problema dos cursos, aí voltando para a Biblioteconomia... talvez a mediação fique um pouco precarizada, assim... aí eu não sei muito se é... hum... dos cursos, se é uma cultura porque a Biblioteconomia acaba que é uma instituição elitizada e que... e que não precisa ir até as pessoas e fica no seu lugar, mas assim... acho que capacidade técnica as pessoas têm.

A Docente (UFF) 1 também diz que os bibliotecários que se formam no estado são capacitados quanto a parte técnica da área, mas que há a necessidade de uma educação continuada para suprir a falta de uma formação humanística existente nos cursos de graduação e assim como já foi mencionado em outras respostas, ela considera que os interesses são despertados nos alunos ao demonstrar a existência da biblioteca prisional:

Docente (UFF) 1 - Então... risos... O que é que eu posso te dizer? Eles são capacitados para atuar na área técnica de unidades de informação..., mas assim como qualquer área técnica, por exemplo, em uma biblioteca médica né, você tem que ir aos poucos aprendendo a terminologia daquela área, então dizer que você tá preparado pra atuar em todo e qualquer tipo de biblioteca sem pensar em uma educação continuada eu acho perigoso, eu acho bem perigoso porque nós não estamos. O nosso currículo ele é generalista... e tem que ser. No início da graduação a gente não sabe em que a gente vai trabalhar. O que eu acho é... que esses profissionais são capacitados sim na área técnica, mas acho que falta na formação, uma formação mais humanística aos bibliotecários, isso sim falta, de... de... pensar e refletir acerca desses temas [...] Eu acho que os currículos eles têm sim essa... essa “obrigação”, vamos colocar entre aspas aí, risos... de fazer com que os alunos reflitam sobre diferentes tipos de bibliotecas, né... porque a forma como a gente ensina também desperta vocações. Não dá para a gente pensar que “as bibliotecas públicas vão absorver todos os profissionais”, até porque não temos bibliotecas públicas suficientes para isso também, então a gente tem que mostrar as opções porque mostrar as opções também é despertar vocações, você também vai mostrar e “nossa, que legal, não sabia que existia”. Então acho que nesse sentido sim. Os nossos alunos saem capacitados sim para a área técnica, para a área gerencial, para a área... elaborar mediação cultural, programas de ação cultural, mas essa... essa formação mais humanística falta muito em nossos currículos, sim, falta. A gente ainda continua com um currículo muito técnico ou muito tecnológico, voltado para as tecnologias, enquanto a gente... é... por isso acaba deixando de lado esse... esses outros conhecimentos também. Assim, são noções curriculares, né... não vou dizer o que é certo e o que é errado porque... risos.

Já para a Docente (UFF) 2 irá depender do que os bibliotecários oriundos dessas escolas do Rio de Janeiro tiveram contato em sua formação, pois acredita que sem um contato com temáticas inerentes a biblioteca prisional na graduação essas pessoas não irão considerar esse lugar como um campo de trabalho:

Docente (UFF) 2 - Depende da formação que ele teve, se ele teve alguma disciplina na universidade que possibilitou acesso a legislação da área, como é a atuação lá dentro, o cuidado com a política de desenvolvimento de coleções... se ele teve isso na formação dele, sim, se ele não teve, dificilmente vai enxergar esse lugar como um espaço efetivo de trabalho.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado na tentativa de responder se há um silêncio de discursos sobre a questão da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro e para isso se utilizou de entrevistas com docentes dos cursos em questão. A partir delas se notou que alguns discursos estão sendo veiculados, mas que ainda não são suficientes para romper com o silêncio sobre essa temática no âmbito do Rio de Janeiro. Podemos dizer que tal silêncio se dá de diversas formas, desde a falta de formação dos próprios docentes e interesse dos mesmos pela temática, como pela preservação de memórias institucionais das universidades que dificultam a veiculação de dizeres considerados não elitizados, até o preconceito e o medo presente tanto por parte da sociedade como um todo, quanto pela própria Biblioteconomia.

Quanto ao primeiro objetivo específico da pesquisa não foi possível afirmarmos qual o olhar das Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro em relação à biblioteca prisional, visto que a população do estudo é diversificada e a amostra engloba três diferentes instituições, o que recuperou dados que demonstraram diferentes olhares, sendo necessário que se dê continuidade a pesquisa de modo a aprofundá-la ou que ocorram estudos futuros, a partir deste, com foco em responder essa questão, mas se notou que o tema é pouco conhecido pelos professores, talvez levando a prevalecer um olhar de exclusão da temática, pois a mesma geralmente é apresentada junto a outras vertentes por conta da formação curricular das instituições, chamando atenção o fato de que ao mesmo tempo em que há um discurso de “inclusão”, onde os docentes dizem que a biblioteca prisional é uma biblioteca como qualquer outra, os mesmos reconhecem que ela não é abordada como as outras.

No que tange o segundo objetivo específico que consistiu em identificar a existência de disciplinas e/ou discursos que abordem a temática da biblioteca prisional nas Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro, se considera cumprido, pois se notou a existência de discursos nos três cursos, porém de forma transversal conforme foi mencionado pelos entrevistados e apesar do estudo não ter encontrado a existência de disciplinas específicas sobre bibliotecas prisionais, recuperou algumas disciplinas em que os docentes relatam apresentar o tema aos alunos, mesmo este não fazendo parte das ementas. É o chamado “currículo oculto”, como descrito por uma das entrevistadas.

Entendemos, ainda, que o trabalho demonstra que o silêncio sobre a biblioteca prisional nos cursos cariocas pode, também, ter relação com um maior foco em temáticas tecnológicas e/ou com maiores afinidades com o mercado. Também se destaca o fato de que

os docentes das Escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro não possuem o tema em suas formações, o que pode influenciar esta falta na área como um todo. Igualmente, entendemos que os professores não possuem conhecimento sobre os currículos pedagógicos de outras instituições e, em alguns casos, o mesmo ocorre sobre os próprios cursos aos quais estão vinculados, indicando que há uma deficiência de diálogos entre as escolas.

A pesquisa encontrou limitação a partir da existência de poucos trabalhos sobre biblioteca prisional, até mesmo referente a qual nomenclatura utilizar para se referir a esse tipo de biblioteca. Também não possibilitou identificar se os discentes destes cursos possuem interesse e/ou conhecem a temática, posto que a metodologia utilizada não incluiu coleta de dados junto a eles e as respostas dos docentes não forneceram dados suficientes para tal. Igualmente, encontrou limitação em informações sobre a quantidade de bibliotecas prisionais existentes no estado, quais são elas e se são geridas por bibliotecárias ou bibliotecários.

Com relação a continuidade ou pesquisas futuras, além do que já foi exposto, se mostra interessante comparar os discursos identificados com o interesse dos alunos pelo tema de biblioteca prisional. Do mesmo modo, investigar se esse silêncio está presente em outros estados do país ou se isto é uma problemática existente somente na formação dos bibliotecários do Rio de Janeiro.

Concluimos que o silêncio de discursos sobre a biblioteca prisional nas universidades é uma opção discursiva que tem relação com o local onde ela se insere e os significados construídos em torno dele pelas mais variadas relações sociais e de poder, pois tanto os bibliotecários e bibliotecárias quanto a sociedade, e até mesmo o Estado, enxergam as prisões como um local de esquecimento, violência e medo, o que colabora com a segregação das pessoas que se encontram encarceradas. Além de dificultar a difusão de pesquisas sobre o tema e o avanço contra o pensamento de que a prisão só deve ser um lugar de punição.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino**. Orientadora: Sofia Galvão Batista. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/11170>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ALMEIDA, Sandra Maciel de. **I Curso de Extensão Educação em Espaços de Privação de liberdade: interseções de gênero, raça e desigualdades socioeducacionais**. Niterói, 2018. Disponível em: [http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto\\_id=292519](http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=292519). Acesso em: 04 set. 2019.
- BARBOSA, Maria de Fatima Sousa de Oliveira. **Educação, Aprendizagem e Diversidade no espaço CAPSI-CARIM**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto\\_id=296073](http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=296073). Acesso em: 04 set. 2019.
- BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos AL. Origens da Universidade Brasileira. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40422007000700050&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422007000700050&lng=en&nrm=iso). acesso em 15 fev. 2021.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização** - Junho de 2017. [S. l.], 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019
- BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**. Brasília, DF. 11 jul. 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: 08 nov. 2019.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da Ufsc**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 20 set. 2020.
- CALHAU, Maria do Socorro Martins. **ENSINO NO SISTEMA PRISIONAL**. [S. l.], 2013. Disponível em: <http://revistapontocom.org.br/quem-somos>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- CARVALHO, Jonathan. **A importância da biblioteca nos presídios**. [S. l.], 2009. Disponível em: <http://professorjonathascarvalho.blogspot.com/2009/09/importancia-da-bibliotecana-prisao.html>. Acesso em: 07 nov. 2019.
- CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.
- CORTE, Andréa Tello da; MARTINS, Ismênia de Lima. **50 anos da Universidade Federal Fluminense – 1960-2010**. Niterói: Editora da UFF, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15040>. Acesso em: 14 fev. 2014.

DIAS, Antônio Caetano. Na Biblioteca Nacional. **Chronos: publicação cultural da UNIRIO**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 8-41, 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/proreitoriaedeextensaocultura/publicacoes/revista-chronos/ano-08-2013-numero-10-2014-100-anos-de-instalacao-da-escola-de-biblioteconomia>. Acesso em: 10 fev. 2021.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-40602004000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602004000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 15 jan. 2021.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010440602006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602006000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 fev. 2021.

FEDERAÇÃO. **CBBP – Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.febab.org.br/cbbp/>. Acesso em: 04 nov. 2019.

FERREIRA, Lucia M.A. As práticas discursivas e os (im)previsíveis caminhos da memória. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô (orgs.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2005. p. 105-114.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREITAS, Flávia Petterson Mendonça de. **Representação sobre as bibliotecas prisionais: uma análise das interações registradas entre os membros do grupo Bibliotecários do Brasil, na rede social Facebook**. Orientadora: Sônia Elisa Caregnato. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/175261/001062383.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 nov. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INFORMAÇÃO, Biblioteconomia e Gestão de Unidades de. **Histórico - Projeto de criação de um Curso de Biblioteconomia na UFRJ**. Rio de Janeiro, [200-?]. Disponível em: <http://www.facc.ufrj.br/joomla/index.php/graduacao/biblioteconomia-e-gestao-de-unidades-de-informacao>. Acesso em: 14 fev. 2021.

LINDEMANN, Cátia. Biblioteca prisional não é assistencialismo, mas direito legal de todo e

qualquer apenado. [Entrevista concedida a] Chico de Paula. **Biblioo**: cultura informacional, seção Entrevistas, 21 mar. 2017. Disponível em: <http://biblioo.info/biblioteca-prisional-nao-e-assistencialismo/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LINDEMANN, Cátia. Biblioteconomia social: as leis de Ranganathan numa biblioteca prisional. In: PRADO, Jorge (org.). **Ideias emergentes em Biblioteconomia**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 41-46. Disponível em: <http://www.febab.org.br/febab201603/wp-content/uploads/2016/07/Ideias-Emergentes-Em-Biblioteconomia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

LINDEMANN, Cátia. Comissão de bibliotecas prisionais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 121-125, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3393>. Acesso em: 06 set. 2019.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcante de. Na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). **Chronos: publicação cultural da UNIRIO**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/proreitoriaedeextensaoecultura/publicacoes/revista-chronos/ano-08-2013-numero-10-2014-100-anos-de-instalacao-da-escola-de-biblioteconomia>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de *et al.* **Projeto político pedagógico do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Unirio, 2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/Projeto-Pedagogico-do-Curso-de-Licenciatura-em-Biblioteconomia.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MUNIZ, Ingrid Marques. **Bibliotecas prisionais no contexto do Rio de Janeiro e as ações sociais**. Orientadora: Geni Chaves Fernandes. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/copy\\_of\\_INGRIDDOC2014.pdf](http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/copy_of_INGRIDDOC2014.pdf). Acesso em: 04 nov. 2019.

NASCIMENTO, Maria Vanessa do; MARTINS, Gracy Kelli. A trajetória das escolas de biblioteconomia no Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 4, n. esp., p. 37-54, 2. sem. 2017. Disponível em: <http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/90/pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória, discursos e instituição: entre caminhos e fronteiras. In: QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros; OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **Universidade e lugares de memória II**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/140/1/memoria3.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô (orgs.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2005. p. 73-87.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória histórica do ensino da biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, p. 13-24, 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/40321/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752007000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 fev. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

PEIXOTO, Maria do Carmo. Relações de Poder na Universidade Pública Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 78, n. 188, p. 195-215, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/711>. Acesso em: 15 fev. 2021.

PINTO, Elton Mártires. **História do ensino de biblioteconomia no Brasil**: da fundação na Biblioteca Nacional à criação na Universidade de Brasília. Orientador: Carlos Henrique Juvêncio. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11200/1/2015\\_EltonMartiresPinto.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11200/1/2015_EltonMartiresPinto.pdf). Acesso em: 26 nov. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 30 nov. 2019.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

Sá, Nysia Oliveira de; PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto. Curso de biblioteconomia e gestão de unidades de informação da universidade federal do rio de janeiro (cbg/ufRJ): 10 anos de trajetória e os “nós desatados”. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71476>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SANTOS, Renata Figueiredo dos; PRUDENCIO, Dayanne da Silva. Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca prisional: o discente em biblioteconomia da uff, ufrj e unirio em foco. **CAJUR - Caderno de Informações Jurídicas**, Brasília, DF, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109049>. Acesso em: 05 jan. 2021.

SILVA, Franklin Leopoldo. Universidade: a idéia e a história. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 191-202, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142006000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142006000100013&lng=en&nrm=iso). acesso em 15 fev. 2021.

SILVA, Marília Márcia Cunha da. **Nos mundos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas: adolescentes, agentes e técnicos nos contextos da administração da justiça para a juventude**. Orientador: Luiz Antônio Machado da Silva. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese\\_Mar%C3%ADlia-Silva.pdf](http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Mar%C3%ADlia-Silva.pdf). Acesso em: 12 set. 2020.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, PB, v. 22, n. 2, p. 136-152, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], n. 1, jul. 2012. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/461>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

TEIXEIRA, Enise Barth. A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, [S. l.], ano 1, v. 2, p. 177-201, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84>. Acesso em: 08 fev. 2021.

UFF, Memória Informação. **Curso Autônomo de Biblioteconomia**. Niterói, 2015. Disponível em: <http://www.memoria.uff.br/index.php/uferj-2/estabelecimentos-de-ensino/curso-autonomo-de-biblioteconomia>. Acesso em: 13 fev. 2021.

VERGUEIRO, Waldomiro. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 207-215, 1988. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/17665>. Acesso em: 05 set. 2019.

## ANEXO A – ROTEIRO ENTREVISTA

### **Eixo 1 - Formação e Interesse pela Temática**

- 1-) Mapeamento sócio-econômico: idade; gênero; raça/etnia; local de moradia; renda
- 2-) Qual é a formação acadêmica do(a) sr(a)?
- 3-) Quais atividades o(a) sr(a) exerce atualmente na instituição onde atua?
- 4-) O(a) sr(a) lembra se em sua formação a questão da biblioteca prisional foi discutida em algum momento? Se sim, de que modo?
- 5-) O(a) sr(a) já teve algum interesse em estudar ou trabalhar com essa temática?

### **Eixo 2 - Em relação à instituição de atuação**

- 1-) Especificamente em relação à Escola de Biblioteconomia onde o(a) sr(a) atua; possui conhecimento de alguém que trabalhe ou já tenha trabalhado com a temática de biblioteca prisional?
- 2-) Em relação ao currículo do curso, o(a) sr(a) sabe se há alguma disciplina que aborde o tema de forma mais específica?
- 3-) O(a) sr(a) acha que a temática é devidamente discutida na instituição onde atua? Por que? Ao que credita isso?
- 4-) O que o(a) sr(a) acha da temática “biblioteca prisional” na formação dos estudantes de sua instituição? Há alguma maneira específica que o(a) sr(a) acredite que este tema deveria ser trabalhado?

### **Eixo 3 - Sobre as Escola de Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro em geral**

- 1-) Em relação às demais escolas de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro, o(a) sr(a) tem conhecimento de alguém que trabalhe com o tema?
- 2-) Em relação aos currículos o(a) sr(a) sabe se a temática é discutida de algum modo?
- 3-) O(a) sr(a) conhece alguém dessas instituições que trabalhe com essa temática? Se sim, quem?

### **Eixo 4 - Bibliotecas prisionais, Biblioteconomia e bibliotecários**

- 1-) Qual é a opinião do(a) sr(a) sobre a existência de bibliotecas dentro de prisões? Qual é a importância da biblioteca para o detento? Qual é a importância da biblioteca para o profissional bibliotecário?

2-) O(a) sr(a) entende que esse tema é importante para a Biblioteconomia de forma geral? Por que?

3-) O(a) sr(a) diria que os profissionais bibliotecários formados no estado são capacitados para atuarem em bibliotecas prisionais?